



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**ARTEFATOS ESCOLARES E ESPAÇOS SOCIAIS DO SABER NA PROVÍNCIA DA
PARAÍBA DO NORTE OITOCENTISTA:
DIÁLOGOS ACERCA DA CULTURA MATERIAL ESCOLAR**

MADAY DE SOUZA MORAIS

ORIENTADORA: Prof^ª. Dra. CLÁUDIA ENGLER CURY

João Pessoa

2013

**ARTEFATOS ESCOLARES E ESPAÇOS SOCIAIS DO SABER NA PROVÍNCIA DA
PARAÍBA DO NORTE OITOCENTISTA: DIÁLOGOS ACERCA DA CULTURA
MATERIAL ESCOLAR**

MADAY DE SOUZA MORAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História, em cumprimento as exigências para a obtenção do título de Licenciada em História, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Cláudia Engler Cury

João Pessoa

2013

**ARTEFATOS ESCOLARES E ESPAÇOS SOCIAIS DO SABER NA PROVÍNCIA DA
PARAÍBA DO NORTE OITOCENTISTA: DIÁLOGOS ACERCA DA CULTURA
MATERIAL ESCOLAR**

MADAY DE SOUZA MORAIS

Aprovado em: _____ com média _____

Professores Avaliadores do TACC

Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Engler Cury DH/CCHLA/UFPB
(Professora Orientadora)

Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano DH/CCHLA/UFPB
(Professora Leitora)

Rose Mary de Souza Araújo DFE/CE/UFPB
(Professora Leitora)

João Pessoa
2013

Catálogo da Publicação na Fonte.

Universidade Federal da Paraíba.

Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Morais, Maday de Souza.

Artefatos escolares e espaços sociais do saber na província da Paraíba do norte oitocentista: diálogos acerca da cultura material escolar / Maday de Souza Moraes. - João Pessoa, 2013.

74f.

Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Engler Cury.

DEDICATÓRIA

[...] A influencia das mulheres no destino dos homens e da sociedade é immensa; os nossos primeiros passos são dirigidos por ellas [...]. A sua companhia dá mais encanto aos nossos prazeres: ellas poleem nossas maneiras, adoçam nossos costumes; no infortunio nos consolão, nos fortificão; a sua magica presença dissipa instantaneamente nossos tetricos pensamentos; se as enfermidades nos accometem que assistencia é mais efficaz para aliviar nossas dores? Ellas nos inspiram acertadas resoluções nas occasioes difficeis, reforção nossa impetuosidade, excitão ou moderão nossa coragem; seus conselhos salutaes expressos com acento da mais tocante, da mais persuasiva e insinuante doçura, nos preservão de muitas desordens e perigos; finalmente são nossas maes [...].
(Diretor da Instrução Pública, Manrique Victor de Lima, em 10 de julho de 1857).

Dedico este trabalho a minha mãe, que esteve presente, com suas palavras, gestos e compreensão, até mesmo em sua ausência, quando eu me trancava em meu quarto.

Ela que é meus ouvidos quando escuta minhas ideias e conceitos, na maioria das vezes, mal definidos. Meus olhos, quando me pegava fazendo outras atividades nos momentos que deveria estar “academizando”. Minha consciência quando me lembrava e/ou pressionava acerca dos prazos.

Ela, a mulher que agora, gosta mais um pouco de/da História, desde o momento que me propus a dialogar e enfrentar esta ciência ou representação, como alguns poderiam e podem me perguntar.

AGRADECIMENTOS

Como de consenso, há muitos nomes que merecem ser citados aqui. Além disso, o risco de esquecer algum pode gerar conflitos históricos, individuais e/ou coletivos. Segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), *os agradecimentos* são uma tarefa opcional, porém, em minha compreensão, indispensável. Não se constrói um trabalho dessa amplitude sozinha. Afora o árduo e contínuo trabalho da orientadora, o cotidiano ao longo destes cinco anos contou e conta com outros personagens.

Entre eles, a figura maior ao qual busco equilíbrio e sabedoria, Deus.

Minha família, com o pão e os dilemas de cada dia, entre sorrisos - ora de tristeza, ora de alegrias, sempre ouvindo minha(s) história(s), recheando minhas leituras e meu processo de escrita.

Meus amigos, de todos os planos – os que apenas perguntavam: E aí, como vai o TCC? (...), os amigos-irmãos, os de perto, os de longe, os das salas (bibliotecas, coordenação, xerox, restaurante universitário, chip, Laborhis, etc.) e os dos corredores e praças. Entre eles, há os que estiveram mais que presentes, pois compartilham intimamente deste momento: o de se escrever o Trabalho de Conclusão de Curso.

E sem maiores detalhes, anuncio Michelle Lima, Thiago Oliveira e Thayná, que participaram junto e ativamente em minha carreira na iniciação científica (mundo de inscrições, prazos, resumos, artigos, eventos, debates e viagens), o que resulta neste presente trabalho. Aos amigos da turma e aos agregados, que conhecemos e nos apegamos nas disciplinas (blocadas ou não): Cibelly (Ciba), Isabelle (Belle), Jessyka, Lis, Fernanda, Pollyanna, Rayssa, Lucian, Jorge, Alyne, Maíra, Shara, Tamiris, Daniel, Felipe, Leandro, Thiago Dantas, entre outros (as).

Todos os professores ao longo de todas as disciplinas cursadas e aos pacientes leitores deste trabalho: professora Serioja Mariano (que nos conhecemos desde o primeiro período como “fera”) e a professora Rose Araújo, que entre encontros e diálogos com textos e documentos do século XIX, foi uma pesquisadora que nos auxiliou nos debates sobre a instrução paraibana oitocentista. Agradecemos também ao corpo de funcionários UFPB que fazem parte dessa história.

Ao Grupo de pesquisa de História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO) e ao Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista (GPSCNO), onde podemos interagir através de seminários, textos, contextos, recortes, referências e cafés. As colegas Mari e Itacy, com seu legado e experiências de PIBIC.

Ao CNPq, pelas bolsas de Iniciação Científica, que nos imergiram com maiores acomodações no universo da pesquisa.

E por fim, a minha querida orientadora, Cláudia Engler Cury, mais conhecida como “a chefe”, que acreditou em mim, e que entre encontros e emails, além da rotina teórico-metodológica exigida, fomos nos historicizando.

SOU IMENSAMENTE GRATA A TODOS E TODAS!

RESUMO

Considerando a Cultura Material Escolar como constituinte e orientadora dos objetos de estudo desse trabalho de conclusão de curso – nosso estudo circunda os artefatos escolares e os espaços sociais do saber-, a procura de chegar às práticas escolares em suas amplitudes e limites de acordo com suas bases econômicas, políticas, sociais e culturais, para a cidade da Paraíba no século XIX. Tendo como ponto de partida os indícios acerca desses materiais e a identificação de alguns espaços de leitura, produção e divulgação de saberes – tais como: as bibliotecas, as livrarias e as tipografias -, procuramos igualmente perceber como a História da Educação tem discutido o conceito de cultura material escolar, concebendo os artefatos e as prováveis formas de utilização destes, tanto nas instituições escolares, como no mapeamento dos espaços sociais do saber, já citados anteriormente. A documentação em que se baseia este trabalho se revela através de fontes como os jornais, a legislação, os relatórios dos presidentes de província e diretores da instrução pública, e uma documentação – expressa por meio de ofícios, mapas de alunos, orçamentos provinciais, etc. A observação de artefatos escolares e espaços sociais do saber na Paraíba do Norte Oitocentista expandiu a nossa visão sobre o universo escolar do XIX, procurando as possibilidades de adentrar ao mundo das ideias, através do caminho entre as prescrições dos objetos e a participação dos diversos sujeitos educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Material Escolar. Espaços Sociais do Saber. Paraíba Oitocentista.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Jornais Oitocentistas e suas descrições políticas.....	15
Quadro 2: Nível de instrução da população da Província da Paraíba do Norte.....	42
Quadro 3: Espaços destinados à leitura de livros.....	43
Quadro 4: Volumes de livros destinados à Biblioteca do Liceu através dos relatórios, discursos, falas, ofícios e exposições da Paraíba Imperial (1837-1889).....	47
Quadro 5: Obras destinadas à Biblioteca Popular nos Jornais Paraibanos (1884-1888).....	49
Quadro 6: Diretoria do Club Litterario e Recreativo da Paraíba Imperial (1881-1885).....	54
Quadro 7: Expressões, locais e datações das referências de tipografias encontradas nos relatórios, discursos, falas, ofícios e exposições da Paraíba Imperial (1837-1889).....	56
Quadro 8: Espaços destinados à venda de livros, compêndios e artefatos escolares.....	58/59
Quadro 9: Cultura Material Escolar na Parahyba Oitocentista.....	63
Quadro 10: C.M.E. no Jornal <i>A Regeneração</i>	65

Parafrazeando a citação de um filme que, por ora, não se concede os devidos créditos por motivos memoriais, mas que, todavia, não perde seu valor e significância frente à importância de sentido que representa a autora deste trabalho:

*A falta de amor não é boa nem na Literatura, nem na vida,
nem na escrita de um trabalho de Conclusão de Curso.*

SUMÁRIO

CAPÍTULO I: Lançando um olhar acerca do percurso da pesquisa e da “Cultura Material Escolar”	12
1.1 Construindo o TCC.....	12
1.2 De olho no tempo e no espaço: o contexto educacional paraibano no dezenove.....	17
1.3 Discutindo os conceitos: Cultura Material Escolar, Cultura Material e Cultura Escolar.....	19
CAPÍTULO II: A <i>nossa civilização é um edifício erguido na areia</i>: considerações sobre a instrução na legislação, relatórios provinciais e jornais do século XIX	22
2.1 Os locais destinados às aulas e a questão da salubridade.....	28
2.2 Os artefatos e os métodos escolares.....	31
2.3 A conduta dos professores e o controle disciplinar: premiação e castigos.....	33
2.4 As caixas escolares.....	37
CAPÍTULO III: Espaços sociais do saber na Paraíba do Norte	42
3.1 As Bibliotecas: Pública, Popular e o Clube Literário e Recreativo.....	43
3.2 Espaços de venda: tipografias e livrarias.....	56
Considerações Finais	61
Apêndices	63
Anexos	67
Referências e Fontes	69

I. Lançando um olhar acerca do percurso de pesquisa e do objeto “Cultura Material Escolar”

Não se trata, porém, de avaliar o grau de criatividade do historiador ao re-produzir suas fontes, mas de enfatizar o quanto isso está mudando a pesquisa em seu processo e, é evidente, em seu resultado. (Faria Filho 1998, p.97)

1.1 Construindo o TCC

Introduzir e desenvolver qualquer trabalho exige tempo, dedicação, leituras e escrita(s). Momentos estes que se cruzam, e que - na maioria das vezes -, afligem o autor. Em nosso trabalho não foi diferente. Diante das diversas formas de iniciar um texto, escolhemos a nossa própria história, que reflete parte de nossas idas e vindas ao mundo das fontes e seus submundos teórico-metodológicos. E como nos alertou Faria Filho na epígrafe acima, este trabalho se insere no quadro daqueles que esteve em constante modificação à medida que as fontes se desdobravam, ideias e parágrafos foram acrescentados, como também outros foram retirados.

E para apresentar a nossa identificação com a tentativa de aproximação que resultou na elaboração deste trabalho de conclusão de curso, podemos dizer que o mesmo está amplamente vinculado ao nosso percurso de pesquisa em iniciação científica realizado nos últimos dois anos¹, como também às diversas experiências acadêmicas (grupos de pesquisa, eventos, minicursos, disciplinas optativas, extensões, entre outras) que nos encaminharam e incentivaram a mergulhar no campo da História da Educação Oitocentista, e mais especificamente, no que diz respeito à província da Paraíba do Norte².

Os intuitos de se trabalhar com espaços como as bibliotecas se formaram em ordem anterior à nossa entrada ao universo acadêmico. Desde o ensino médio tivemos a ocasião de participar de um Curso Intensivo de Administração, e na ocasião tivemos como tarefa fundar uma empresa. A escolha da equipe da qual fazíamos parte, se propôs a elaborar um projeto de criação de uma biblioteca que atendesse os moradores do bairro, onde a escola que ofereceu o curso estava situada. Em virtude de falta de recursos financeiros, infelizmente, o projeto não logrou sucesso.

¹ Baseados nos projetos de pesquisa intitulados: “Instituições escolares e cultura material escolar (1822 a 1850): temas e possibilidades de pesquisa”, cujo plano era: *Cultura Material Escolar na província da Parahyba do Norte e vilas do interior: 1822-1850* (anos 2011-2012) e “Circulação de livros, compêndios e artefatos escolares na Parahyba do Norte do Oitocentos”, com o plano *Cultura Material Escolar: as aulas de primeiras letras e a instrução secundária - Parahyba do Norte (1822-1889)*, respectivamente nos anos 2012-2013.

² Adotamos neste trabalho a grafia Paraíba do Norte na aplicação de nossa escrita sobre o tema. Nas citações ou referências das mesmas, optamos por manter a grafia da documentação.

A respeito do recorte temporal, que é o século XIX, é preciso remontar nosso terceiro período no Curso de Licenciatura em História/UFPB, quando tivemos a oportunidade de participar do Programa de Iniciação Científica/CNPq³ e adentrarmos as discussões educacionais para o universo oitocentista na Paraíba, nos vinculando ao GHENO - Grupo de Pesquisa em História da Educação no Nordeste Oitocentista – que nos apresentou um leque de leituras sobre o período em questão, seja por meio dos discursos oficiais sobre a instrução e/ou pela historiografia disponível sobre a temática. Desde então, percebemos - no processo de contato com as fontes documentais como os jornais e documentação oficial: relatórios de presidentes de província; leis e regulamentos; uma documentação “mista” que envolvia despesas/orçamentos, mapas de alunos, ofícios, etc.⁴; além do constante diálogo com a historiografia -, as nuances entre mudanças e conseqüentemente, continuidades na construção da cultura educacional oitocentista.⁵

Dessa forma, fomos nos familiarizando com a necessidade de construção do conhecimento histórico acerca do tema, que desenvolvemos ao longo dessa trajetória de pesquisa: os materiais escolares e alguns dos espaços do saber⁶ na Paraíba do Norte. A ideia de cultura material neste trabalho perpassa não só a materialidade em si, mas se diz respeito aos indícios deixados na documentação supracitada. Buscamos assim, dar continuidade às inquietações deixadas pelas pesquisas durante o desenvolvimento dos projetos mencionados anteriormente, como também adentrar às novas leituras e (re) leituras, e outros indícios interpretativos.

³ Nossos primeiros projetos intitularam-se: “As Escritas da História sobre a Instrução na Parahyba oitocentista”, com o seguinte plano: *As obras dos Memorialistas sobre a Instrução paraibana no Oitocentos*. E “História da Educação na Paraíba entre os anos de 1889 a 1910: transições e conexões da monarquia para a república”, tendo respectivamente *Os jornais paraibanos e a escrita da história da educação na transição da monarquia para a república*, como plano de trabalho.

⁴ Esta documentação foi localizada em diversos arquivos da cidade de João Pessoa, como o Instituto Histórico Geográfico da Paraíba - IHGP, a Fundação José Américo/Arquivo dos Governadores, o Arquivo Waldemar Bispo Duarte - localizado no Espaço Cultural/FUNESC; no site: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>>; e em arquivos de outros estados para o caso da “Coleção de Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no período imperial”. Catalogadas e organizadas por membros do GHENO, e seguem com fins de publicação, com exceção desta última que já se encontra disponível inclusive em via digital.

⁵ Uma observação relevante é deixar o leitor avisado da existência (e/do) conhecimento dos jornais do século XIX que estão digitalizados, disponíveis no sítio: <<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/estudos.html>>, e que não foram utilizados nesse trabalho. Outra possibilidade de cruzamento de fontes é o trabalho com os memorialistas.

⁶ Por espaços do saber reconhecemos aqui as variadas possibilidades de ambientes onde puderam ser produzidos/reproduzidos e disseminados saberes, como por exemplo, encontros cotidianos em locais comerciais da cidade, as rodas de conversa, as aulas particulares, etc. Neste trabalho, por questões metodológicas de recorte e fontes, focamos espaços considerados, muitas vezes, como locais oficiais para circulação de conhecimentos, como as *bibliotecas*, as *livrarias* e as *tipografias* do século XIX. Além disso, temos outros indicativos de locais como, por exemplo: “Art. 60º – Enquanto não se organizar convencionalmente o *laboratório para o ensino das Ciências Físicas e Naturais no Liceu Paraibano*, o respectivo Professor só lecionará no Externato, sem direito à nenhuma gratificação além dos vencimentos de Professor do Liceu.” (Regulamento do Externato Normal da Província da Paraíba de 14 de Janeiro de 1886). (grifos nossos)

Levando em consideração os diálogos com as fontes, observamos que na documentação concentra-se um volume maior de informações sobre a cidade da Paraíba do Norte.⁷ Discutiremos os anos iniciais do período oitocentista para uma compreensão dos materiais e espaços (educacionais), tendo em vista suas fases de formação, organização, desenvolvimento e aplicação ao longo do século dezenove. Como nos diz Barros (2005, p. 9): “Até mesmo a escolha do lugar a ser alcançado ou visitado não é mera questão de apontar o dedo para um ponto do mapa, pois este lugar deve ser também ele construído a partir da imaginação e da criatividade do investigador”.

Compreendendo a premissa que no século dezenove estaria se criando, desenvolvendo e organizando (o que chamamos atualmente de) os trâmites da *cultura escolar* em todo o território brasileiro, pretendemos discutir as ideias e propostas que estavam sendo elaboradas para este universo educacional, tomando como especificidades este plano dos *materiais escolares e alguns espaços do saber na capital da província da Parahyba do Norte*. Nosso foco está nos indícios das formas de uso e sociabilização destes objetos/artefatos escolares, considerando assim suas respectivas práticas e sujeitos.

A respeito dos espaços sociais do saber reconhecemos os limites que entrelaçavam as divisas do público e do privado, tecendo a relação entre a casa, a “escola”, a sociedade e o Estado. Os (diversos) sujeitos que compõem esses espaços estariam propensos a essas conexões, se vinculando e formulando também as práticas de âmbito educacional, que atendessem as concepções de cada grupo, como por exemplo, os órgãos regulamentadores da instrução (comissões, professores, diretores, inspetores da Instrução Pública), os (as) alunos (as), os pais/responsáveis, a legislação central e provincial nas figuras do Imperador e dos presidentes de província, etc.

Para elucidação dos discursos que envolvem o cerne de nosso objeto trouxemos a seguinte citação:

Existe no Lyceu uma porção de livros, na maior parte sem valor algum, e muito bastante estagados, a que não obstante se dá o título de biblioteca publica. Quando a Província não tenha meios para montar uma biblioteca que mereça verdadeiramente este nome, ao menos é indispensável que se comprem os compêndios e expositores das differentes disciplinas que se ensinão no Lyceu, e que na maior parte não existem.

Relatório do Director interino da instrucção publica Manoel Porfirio Aranha.
[Jornal *A Regeneração*, 16 de Novembro de 1861]

⁷ De acordo com a disponibilidade documental, foram trazidas à tona também algumas informações relevantes a vilas, comarcas e povoações da província paraibana.

Percebemos na documentação consultada que o título de Biblioteca Pública do Liceu sempre foi questionado quando posto em comparação com os ideais de uma biblioteca, que deveria atender a população e livrá-la dos males da ignorância. Seja pela falta, ou má quantidade e a qualidade dos livros, essas e outras questões que circundaram os espaços escolares aqui discutidos, como as responsabilidades das instâncias de poder frente a estes materiais são algumas das ênfases trazidas ao longo deste trabalho.

A utilização e análise de periódicos, em especial a imprensa, têm revelado um grande crescimento nas pesquisas. Em história da educação, avaliar a presença da instrução oitocentista nesta documentação tem permitido uma visão mais ampla na busca pelos vestígios sobre o que estava prescrito nas leis e sua “efetivação” no cotidiano escolar. Outra questão relevante é identificar as posições donde saíam as falas jornalísticas, tendo em vista os posicionamentos políticos/partidários dos jornais pesquisados. Peixoto (2013) nos viabiliza uma imagem acerca desses *lôcus* políticos no campo jornalístico, a saber:

Quadro 1: Jornais Oitocentistas e suas descrições políticas

Periódico	Descrição Política
<i>A Imprensa</i>	Conservador
<i>Jornal da Parahyba</i>	Conservador
<i>A Regeneração</i>	Conservador
<i>O Imparcial</i>	Conservador
<i>O Publicador</i>	Liberal
<i>Diário da Parahyba</i>	Liberal
<i>O Despertador</i>	Liberal
<i>A União Liberal</i>	Liberal
<i>Gazeta da Parahyba</i>	Liberal
<i>Arauto Parahybano</i>	Liberal
<i>A Opinião</i>	Liberal

Fonte: Quadro elaborado por Peixoto (2013) por meio de informações presentes no trabalho monográfico de Souza (2010)

A imprensa é uma fonte de linguagem estimulante que proporciona ao pesquisador aproximar-se da vida política e cultural do período em estudo. Nessa direção, destacamos: as trocas de acusações entre jornais de posições partidárias opostas; declaração de defesa das acusações por parte dos aliados políticos e as permutas entre os jornais de várias províncias. No caso do *Jornal A Regeneração* nos baseamos em Souza (2010) que nos afirma que o mesmo estava:

Ligado ao partido conservador manteve a mesma linha da *Imprensa*. Possuía uma parte oficial bastante rica, trazendo os inúmeros atos do governo. [...] Mas, seguindo um movimento nacional em que os órgãos conservadores tendiam a uma concentração de forças, *A Regeneração* e os demais periódicos desta orientação desapareceram, com o

intuito de centralizar os esforços em apenas um jornal. Deste modo, nascia *O Jornal da Parahyba*. (SOUZA, 2010, p. 10) (grifo do autor)

No que diz respeito ao aporte teórico e metodológico, nosso trabalho atenta para os movimentos da Nova História Cultural, levando em conta o que Peter Burke nos afirma: “[...] os micro-historiadores enfrentam o problema da relação entre os pequenos grupos que estudam em detalhe e o todo mais amplo.” (BURKE, 2008, p.150-151). Dessa forma, buscamos na historiografia (local e nacional) da educação brasileira desenvolver alguns elos que nos coloquem em condições de diálogos, nos permitindo leituras que estabeleçam ligações entre as províncias, por exemplo.

Dando continuidade aos nossos “modos de ver, sentir e narrar” este trabalho, nos articulamos com alguns autores que debatem acerca da História da Educação brasileira nas perspectivas de compreensão da Cultura Material Escolar. Entre eles, podemos citar os estudos de Castro para o Maranhão Oitocentista para os quais, o autor afirma que:

Cultura Material Escolar pode abranger uma série de elementos que constituem o universo escolar, como os objetos de leitura e escrita (lápiz, caneta, livros, etc.), materiais de limpeza (panos, vassouras, tapetes, etc.), mobiliários (cadeiras, carteiras, bancos, mesas, etc.), indumentárias (fardamentos, chapéus, calçados, etc.) dentre outros, os quais podem ser estudados sob perspectivas e ângulos teóricos e metodológicos diversos, inclusive sob um enfoque mais regionalizado [...]. (CASTRO, 2011, p. 13),

Algumas discussões que já realizamos em trabalhos anteriores, nos permitiram incluir objetos de cunho religioso - como a imagem de Cristo e a Bíblia; e de controle das mentes e dos corpos – como a imagem do imperador, a palmatória, campanha, entre outros.

Destacamos igualmente que apreendemos as relações deste conceito com os de cultura escolar e cultura material. Acerca da historiografia relacionada ao tema, não encontramos um trabalho que desse corpo à totalidade das questões indicadas neste trabalho. Sendo assim, ele surge como um seguimento de projetos anteriores, como também de temas e discussões presentes na documentação pesquisada e em trabalhos produzidos por pesquisadores do GHENO⁸, e como proposta de iniciar e contribuir com a escrita da História da Educação na Paraíba e futuras pesquisas comparativas entre as províncias do Império brasileiro.

⁸ Além dos que já estão nas referências bibliográficas, podemos citar os seguintes trabalhos: ARAÚJO, Rose Mary de Souza. **Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX**. Tese. JP: PPGE-UFPB, 2010. TEIXEIRA, Mariana Marques. **Um olhar sobre a configuração da profissão docente na Parahyba Oitocentista (1822-1864)**. Monografia em História. JP: DH-UFPB, 2009. SILVA, Michelle Lima. **Padres mestres na Paraíba oitocentista: uma narrativa sobre frei Fructuoso da Soledade Sigismundo (1839-1870)**. Monografia em História. JP: DH-UFPB, 2012. Entre outros.

Em suma, este trabalho reúne diversas expectativas formadas ao longo de nossa trajetória acadêmica, se propondo a permear um quadro dos *materiais escolares e alguns espaços do saber na Paraíba Oitocentista*, examinando também os possíveis desdobramentos da temática em questão, para estudos futuros, configurando-se para essa pesquisadora como o início “de uma vida de pesquisa”.

1.2 De olho no tempo e no espaço: o contexto educacional paraibano no dezenove

Sendo a instrução do povo um dos elementos, que mais directamente contribuem para o desenvolvimento e perfeição da vida social, devia ella estar unicamente á cargo do governo, como principal interessado no bem geral, visto como de sua influencia benigna e civilisadora depende a harmonia e moralidade da nação. (Directoria da Instrução Publica da Parahyba 31 de Agosto de 1864)

O período oitocentista é um recorte de longa duração, de grande efervescência em seus acontecimentos de caráter social, político econômico e cultural. Acompanhar seus movimentos nos leva a diversas e amplas discussões, pelos caminhos da formação do Estado Nacional, entre a corte e as províncias, entre o campo e a cidade; dos códigos de postura frente aos debates de ordem, civilização e moral;⁹ dos meios de comunicação (correios, jornais, trem);¹⁰ das questões de ordem religiosa, higienista¹¹ e das crises que assolaram os cofres públicos (de ordem natural, por exemplo,

⁹ Fala do Presidente da Província Dr. João José de Moura Magalhães, abriu a 2ª sessão da 2.ª legislatura da Assembleia Legislativa: “Devendo os meninos ser instruídos nos seus deveres, e nos primeiros elementos da Moral, e da religião, muito importa, que a sua pequena compreensão seja fortificada pelo socorro de modelos bem escolhidos, tanto por um estilo fácil, como por sua composição clara, e correcta, que, contendo em si idéias precisas, e exactas, sirvão de despertar a actividade, e sagacidade do espírito”, em o dia 16 de Janeiro de 1839.

¹⁰ Reclamações acerca dos Correios são visíveis nos Relatórios de Presidente e Diretor da Instrução Pública na Paraíba do Norte (realçadas nos anos de 1853 e 1857). “O Director em seu relatório mencionou a *falta de correios* para os diferentes pontos, em que existem escolas de instrução primaria, como um dos embarços que tem encontrado em sua directoria, tanto pelo retardamento das communicações que ella causa, como pelo não cumprimento das ordens encaminhadas por pessoas particulares, que ou extravião, ou retardão os officios que as contém.” (Exposição feita pelo Dr. Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque, Presidente da Província da Parahyba do Norte no acto de passar a administração da Província ao segundo Vice-Presidente, o excellentissimo Senhor Doutor Flavio Clementino da Silva Freire, em 29 de Abril de 1853)”. Outra indicação desta problemática afirma: “Um inconveniente que não tem sido possível obviar na remessa dos mappas destas escolas; [...], para esse pessimo effeito a falta de communicação segura para os pequenos povoados por onde *não passam os correios publicos*: os officios que seguem por via particular ou chegam tarde, ou cummummente se extravião.” 10 de julho de 1857. (grifos nossos).

¹¹ As regras sociais perpassavam sobre os ideais higienistas. Para assumir um cargo público ou ser aluno de uma determinada cadeira precisava-se ser vacinado, por exemplo. No Art. 6º do Regulamento de 20 de janeiro de 1849 nos dá outro viés desses ideais: “A escola será varrida todos os dias, as janelas se conservarão abertas no intervalo das lições”.

as secas¹², as doenças como a febre amarela e a cólera, como também as manifestações e protestos imperiais);¹³ das relações sociais, de gênero¹⁴ e do mundo do trabalho¹⁵ - as redes de parentela, os cargos públicos, a escravidão -, entre outros. Enfim, “o governo da casa e do Estado”¹⁶ e o universo educacional encontram-se assim, entrelaçados nessas diversas teias de influência, que dependendo dos discursos, considerando as fontes aqui analisadas, sejam oficiais ou não, destacaram mais um viés que outro.

Essas temáticas acima navegam pela escrita da História da Educação, e este trabalho perpassa por algumas delas. E pelas águas, ora escuras com previsões de tempestades, ora “transparentes”, viajamos pelas diretrizes proporcionadas pela História Cultural, dialogando também com História Política (principalmente através da ação dos jornais e relatórios, por exemplo), História Social e História dos Intelectuais (ao dialogar com os sujeitos educacionais).

Definir-se em âmbitos teórico-metodológicos sempre nos leva a diversos caminhos historiográficos; sendo assim, declaramos ao leitor as aberturas e as lacunas que estão dispostas neste trabalho. Isto é, reconhecemos aqui as possibilidades de aproximações, releituras e aprofundamento, tendo em vista o amplo recorte e as entradas temáticas que este oportuniza.

Dessa forma, percorrendo as discussões historiográficas sobre a História da Educação, torna-se necessário ressaltar que este campo, tem recebido novos olhares e possibilidades, tendo em vista a organização e produções de grupos de pesquisa, revistas, eventos, etc., - que trazem diferentes temáticas como, por exemplo, instituições escolares, práticas educativas, políticas educacionais, cultura escolar, relações de gênero, história dos intelectuais, entre outros.

¹² No ano de 1877, é publicada a Lei nº 651 – de 4 de outubro, que diz: “Art. 6º – Ficarã suprimida a cadeira que for frequentada por menos de vinte alunos, salvo o caso de força maior, como atualmente acontece em virtude da crise da seca”.

¹³ Algumas expressões encontradas nos relatórios dos presidentes em relação aos cofres são: *estreiteza dos Cofres Públicos; sacrificio dos cofres públicos; penuria sempre constante dos cofres provinciaes; O máo estado em que encontrei os cofres públicos; o estado actual dos cofres da província não admite o acréscimo de despezas; os cofres publicos se esgotão; com gravame dos cofres públicos; com prejuizo dos cofres*; Por fim, terminamos a exibição destas, com a seguinte questão exposta no relatório do Diretor Ivo Magno Borges da Fonseca: “O Director, é verdade, pelo Reg. Vigente é obrigado a uniformisar o ensino, formular programmas etc., mas como effecutar isso quando percorrendo-se as escolas vê-se que infelizes alumnos procuram um compendio mais barato e que não pode ser substituido por um fornecido pelos cofres publicos?”, em 27 de Agosto de 1880.

¹⁴ Em 4 de Agosto de 1843, é possível associar a questão dos recursos públicos a ideia de divisão dos gêneros na INSTRUÇÃO PÚBLICA: “[...] julgo dever lembrar-vos a necessidade de ir pouco a pouco restabelendo aquellas aulas, segundo a força dos cofres, pois que os inconvenientes de falta de instrução gratuita para o sexo feminino são muito mais graves do que para o sexo masculino”. Discurso do Presidente da Província da Paraíba do Norte, Ricardo José Gomes Jardim, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, 1843.

¹⁵ Como nos afirma Faria Filho (1998), “foi no campo da educação escolar, [...] que a mulher primeiro encontrou um tratamento menos desigual no âmbito das relações de trabalho”. Trata-se aqui da mulher como professora.

¹⁶ Expressão retirada dos estudos de Mattos (2004), em sua produção *O Tempo Saquarema*.

E tomando a c.m.e. e os espaços como: as bibliotecas, livrarias e tipografias, para a Paraíba do Norte, este trabalho unido às pesquisas de iniciação científica e alguns artigos produzidos por membros do GHENO, formam as primeiras tentativas deste tema para a Paraíba Oitocentista.

Sendo assim, os sujeitos, práticas e organizações aqui apresentados tem como foco uma análise voltada para a apreensão do cotidiano da Cultura Material Escolar e alguns espaços do saber, apesar das inúmeras conexões aqui realçadas. Compreendendo estes espaços desde as cadeiras de primeiras letras e o ensino secundário, sejam no plano particular e público e para o sexo masculino, feminino e/ou ambos, etc. E tendo a Paraíba Oitocentista como *locus*, já indicamos anteriormente que acerca do nosso objeto, este trabalho é de certa forma introdutório, tendo em vista as possibilidades de continuidade do mesmo e as interconexões no ambiente da instrução e/ou educação.¹⁷

1.3 Discutindo os conceitos: Cultura Material Escolar, Cultura Material e Cultura Escolar

Procuramos examinar na historiografia que esteve à disposição a constituição dos conceitos de cultura material e cultura escolar, seguindo na caracterização da cultura material escolar, em âmbito geral e no cerne da Paraíba Oitocentista, respectivamente.¹⁸

Jean-Marie Pesez (1978), ao discutir a história deste conceito salienta que o mesmo se encontra amplamente interligada a algumas questões centrais, tais como: o aparato arqueológico, o materialismo histórico, e conseqüentemente o estruturalismo. As fontes materiais entrariam em jogo para o campo da investigação, onde os materiais caracterizam e/ou dão forma às relações sociais, a vida cotidiana, além das atitudes psicológicas, ideológicas e as “estruturas” políticas e socioeconômicas.

O termo cultura engloba outras noções conceituais, como por exemplo, *tradição, civilização*, etc.¹⁹ O homem e suas produções em sociedade, frente às condições sociais impostas (ou não), iriam formar suas relações. Os simbolismos, as representações, os mitos e diversos outros fatores

¹⁷ Considerando a disposição destes dois termos para o século XIX, e advertindo que nem sempre eles estavam definidos, para este trabalho procuramos tratá-los sempre que possível, com suas especificidades.

¹⁸ Enunciamos igualmente que também encontramos o termo *cultura escolar material* em estudo desenvolvido por Arriada; Tambara (2012), que discutem os processos educacionais no Brasil do século XIX, a partir do (novo) padrão de modernidade e do processo de racionalização, tendo assim a escola moderna como uma *máquina de educar*, ou seja, o processo onde a aquisição da escrita e as formas escolares na “instituição escolar assume o papel de disciplinadora do tempo e das condutas” com vias para o mundo do trabalho.

¹⁹ Em relação à extensão do termo cultura, reconhecendo-a da “cultura dos campos à cultura do espírito” (FELGUEIRAS, 2010), inteiramos que neste trabalho não nos aprofundaremos em tais conceitos (tradição, civilização). Queremos apenas trazer à tona o reconhecimento de interlocução dos mesmos ao tema em questão, como também outras possibilidades de comunicação.

participariam da construção deste ‘fenômeno cultural’. O autor indica que a cultura material muitas vezes esteve elencada a um *bazar histórico* que servisse como um cardápio de curiosidades ou até mesmo aos limites técnicos, e suas potencialidades estéticas. Entretanto, com o processo de dilatação do discernimento a respeito das fontes e os trabalhos que ascendem a recortes onde a escrita não granjeou espaço, os objetos e utensílios ingressaram para o diagnóstico dos pensamentos e ações entre os sujeitos e seus espaços: “[...] através dos objectos, é o homem que é posto em causa” (PESEZ, 1978, p. 136).

E para análise desta cultura material, ele expõe uma classificação baseando-se em Henri Dunajewski e Jerzy Kutczyski, que desfruta de elementos como: a natureza, os meios de trabalho, os objetos; o homem e sua experiência (técnicas) e os produtos, produção, utilização dos produtos.²⁰ Ainda, segundo o autor, a Etnologia, a Antropologia, a Geografia e a Biologia seriam outras áreas que podem e devem contribuir para a configuração do conceito de cultura material.

Como já apresentamos anteriormente, o termo cultura por si só já abrange uma série de discussões e ambiguidades, entre o universal e o específico, o local e o nacional. E como um conjunto imenso que agrega normas, valores, formas de pensamento, ideias, etc., esse sistema (cultural) aqui compreendido no âmbito escolar permeia também sobre o campo das tradições e dos processos sociais, econômicos e políticos que se entrelaçaram ao cotidiano educativo.

Para o plano da Cultura Escolar nos respaldamos em alguns autores, como Pinheiro (2009), que nos enuncia que a esta se encontra:

[...] relativo à forma e aos procedimentos teóricos e metodológicos de produção do conhecimento histórico, que passou a se preocupar com o cotidiano escolar, isto é, que focou as suas preocupações nas práticas efetivadas em relação aos processos de ensino-aprendizagem, além de nas relações sociais e pedagógicas produzidas entre os diversos sujeitos diretamente envolvidos com a transmissão, com a reprodução e com a produção de saberes escolares. (Pinheiro, 2009, p.102)

Nesse ambiente de costumes e hábitos - com suas atividades próprias -, vai se definindo e estreitando a “cultura de escola”, a relação entre escola, seus sujeitos e a sociedade. Julia (2001) entende a cultura escolar comprometendo-a aos saberes, condutas e práticas, ressaltando que se encontram ordenadas e dispostas “para finalidades que podem variar segundo as épocas” (p. 10). Alguns de seus elementos principais seriam o currículo, o corpo profissional e o espaço reservado.

Felgueiras (2010) nos alerta:

²⁰ Adiantamos que compreendemos o conceito de *cultura escolar* partindo igualmente destes elementos, focando no âmbito dos espaços educacionais, tendo em vista que em linhas gerais, o mesmo interliga-se aos sujeitos e suas práticas no interior/exterior das instituições escolares.

As actividades dos diversos actores no contexto escolar desenrolam-se num ambiente de uma cooperação aparentemente voluntária mas, na realidade, fortemente enquadrada por um conjunto de normas, que estipulam obrigações, localizações e hierarquização social. (FELGUEIRAS, 2010, p. 22)

E nessa trajetória dos processos educacionais e da distribuição dos cargos dentro e fora dos espaços escolares²¹ vamos adentrando as possíveis configurações relacionadas às circulações entre os materiais e os conhecimentos nos espaços do saber aqui trabalhados.

Diante do que já investigamos sobre essa temática na Paraíba oitocentista podemos arriscar dizer que os vestígios deixados sobre a c.m.e. nos documentos relativos às instituições e espaços escolares, dependeram amplamente dos discursos e práticas políticas frente às condições dos cofres imperiais e provinciais. Suas formas de produção, circulação e aplicabilidade, como também sua presença ou silenciamento nas fontes pesquisadas. Elencamos, dessa forma, alguns dos indícios de como percebemos essa temática neste trabalho.

Sabemos que para além do universo dos artefatos escolares²² como os livros, os compêndios, a palmatória, as cadeiras, as lousas, os cadernos; e os métodos de ensino (individual, simultâneo, intuitivo, mútuo ou lancasteriano) é possível conceber, assim como já alertaram diversos historiadores da educação, a cultura material escolar nas formas arquitetônicas e construção de prédios para o ensino público/privado – ou seja, a constituição dos espaços escolares.

Refletimos igualmente sobre o ato de perceber as possibilidades desses, como locais de circulação de obras e espaços de leitura, bem como de desenvolvimento de práticas escolares ou educativas. Para o caso da instrução primária, por exemplo, identificamos as aulas sendo ministradas em sua grande maioria, nas casas dos professores ou alugadas por eles e subsidiadas pelos cofres provinciais, demandando práticas e métodos escolares, fortemente marcados pelo convívio no espaço doméstico mesclado com uma educação que se constituía como pública, mas com mascas da *educação familiar*.

Apresentamos os aspectos mais gerais que nortearam esse estudo de caráter monográfico passaremos a tratar mais detidamente na base conceitual de nossa pesquisa.

²¹ Como exemplo dessa hierarquia entre o interior e o exterior escolar, trouxemos o seguinte trecho do Regulamento Nº 7 – de 6 de Dezembro de 1865, para o Colégio de Educandos e Artífices (em seu capítulo VIII): “Parágrafo Único – Para esses fornecimentos os mestres organizarão os pedidos determinando a qualidade e quantidade dos objetos, e as apresentarão ao Diretor para em hasta pública promover-se suas aquisição perante o Conselho Administrativo, ou do modo mais conveniente, segundo deliberação do mesmo Conselho. Art. 51 – Obtidos dos *fornecedores* os objetos, serão estes entregues aos *mestres*, os quais assinarão termo de recebimento no livro competente, e ficarão obrigados a dar conta deles ao *Diretor*, que depois de a ter tomado, o submeterá ao *Conselho Administrativo*.” (grifos nossos). Percebemos assim, a atuação dos professores (mestres) em uma rede que envolvia vários sujeitos da instrução oitocentista na província. O atendimento aos pedidos dos mestres é outra questão que pode ser avaliada.

²² Ver Quadro “Cultura Material Escolar na Parahyba Oitocentista” nos apêndices.

II A nossa civilização é um edifício erguido na areia: considerações sobre a instrução na legislação, relatórios provinciais e jornais do século XIX

A actual organização da instrução publica, as materias que a coustituem, o methodo de diffundil a, em vez de darem esse resultado, mostram que, em quanto certo progresso intellectual, mesmo mal encaminhado, tem movimento ascendente em algumas classes, outras jazem em deplorável estado de ignorancia. Isto leva-nos a inquietadora consequencia de que *a nossa civilisação é um edificio erguido na areia!* E pois cumpre reagir contra o mal, estancando lhe a fonte. A instrução é um meio indispensavel de progresso [...] Mas o que fazer? Organizar e distribuir convenientemente o ensino. [...] A diversidade de leis traz como consequencia a diversidade de methodos, princípios, livros, etc; - isto é, a anarchia [...] Alem do ensino primario cujas materias são apenas as mais rudimentares, ha o Lyceu, onde só existem aulas de instrução litteraria. O ensino agrícola, mercantil, industrial, ou artistico nem um raio de luz pode ainda lançar sobre a nossa producção e riqueza! [O Relatorio do Exm. Sr. Dr. Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque. In: *A Regeneração*, 07 de Agosto de 1861] (grifos nossos)

A instrução, como um dos princípios determinantes para o desenvolvimento dos povos, aparecia nos discursos e exposições dos presidentes de província e diretores da instrução pública como dever e direito para a prosperidade da civilização. Sendo assim, sua ausência ou má aplicabilidade traria a desordem, a anarquia e a imoralidade.²³ A partir disso, vamos nos empenhar em investigar e explorar esse princípio fundamental, que foi a *instrução pública* - em seus discursos e suas práticas no contexto da jurisprudência, através do campo da cultura material escolar.

O uso de legislação como fonte para a História da Educação exige uma série de cuidados por parte dos pesquisadores. Compartilhamos da premissa de que é necessário estar atento a ideia de que nem sempre o que estava no papel, era o que realmente acontecia. Isto é, “o momento da produção e o momento da realização da lei”. (FARIA FILHO, 1998, p. 105).

Acreditamos que as leis (imperiais) tanto estiveram em interlocução com a Corte e o Governo Geral, como também com as necessidades locais. Caminhamos na tentativa de comparar as movimentações legislativas e suas aplicabilidades através dos relatórios dos presidentes da província e diretores da Instrução Pública tanto no que diz respeito às leis gerais quanto em relação às leis provinciais.

Retomando as duas principais leis gerais da instrução pública no período, quais sejam, a lei de 1827 e o *Ato Adicional* no ano de 1834, as províncias receberam certa autonomia para a organização dos estados provinciais dentre as suas atribuições, inclusive no processo educacional,

²³ No interior da sala de aula, uma das medidas para desenvolver e manter a moral dos alunos foi indicada: Art. 4º – O professor pregará nas paredes regulamentos, em que se achem traçados os principais deveres dos discípulos, as penas máximas da religião, e da moral. (Para as escolas de Instrução Primária da Província da Paraíba do Norte - Regulamento de 20 de janeiro de 1849).

seja através do chamado “império das províncias” (GOUVEIA, 2008) ou do “pacto imperial” (DOLHNIKOFF, 2005).

Por meio dessas leituras e tomando as prescrições legislativas e sua “efetivação” através da observação e comparação com os relatórios provinciais, relacionados ao plano da *cultura escolar* para a província paraibana, pudemos perceber que tanto houve movimentos de tentativa de unificar as escolhas dos livros e compêndios escolares. Como, por exemplo, no momento da escolha e/ou de reclamação de livros e compêndios adotados para as aulas da instrução primária.²⁴

Destacamos que é possível encontrar também no plano dos relatórios, discursos que revelam o outro lado da moeda (legislativa), como por exemplo, os anseios pela unidade nacional: “[...] uniformizei por este modo o ensino. Era para desejar que essa uniformidade fosse em todo o Império, para que se estabelecesse melhor a nacionalidade pela identidade de idéias, e sentimentos entre todos os cidadãos, como se fosse de uma mesma família.” (Relatório apresentado a A.L.P. da Paraíba do Norte pelo excelentíssimo presidente da Província, o bacharel João Antonio de Vasconcellos, em 1º de Agosto de 1849).

No caso da epígrafe acima – que acompanha nosso capítulo 2 -, e considerando as fontes aqui utilizadas, destacamos desde já a presença marcante das publicações governamentais na imprensa local. Alguns exemplos são: publicação de atos oficiais como concursos, admissões, exonerações, jubilações de professores, exames de preparatórios, etc. Outro destaque são os debates nos meios jornalísticos, que associavam, na maioria das vezes, a qualidade do ensino público às gestões (tanto no âmbito do poder local, tanto no nacional), principalmente quando se referiam às atribuições de professores, a utilização dos cofres públicos, a questão da instrução popular, entre outros.

Diante do que temos encontrado na documentação, podemos dizer que a sessão de *annuncios* que esteve presente na maioria dos jornais aqui trabalhados, é um *locus* privilegiado para o pesquisador localizar diversas pistas sobre a circulação de objetos escolares e de identificação de espaços do saber. Além da sessão de anúncios, também identificamos notícias com trechos de documentos assinados pelos diretores da instrução e/ou relatórios dos presidentes de província, que muitas vezes, focaram nos elementos acerca da organização e funcionamento daquilo que estamos

²⁴ “-REGRAS PARA O ENSINO, ESCOLHA DE COMPENDIOS, ETC.- Não me deterei acerca deste assumpto; enuncial-o é demonstrar o interesse que deve merecer. O que acontece á propósito não pode continuar. Cada professor, cada alumno lecciona ou aprende pelos compêndios, que lhes parece. Isso será anarchia desordem, desleixo, tudo, menos systema de instrucção. É urgente, portanto, oppor á tão deplorável descalabro.” (Trecho do Anexo N. IV. Diretoria da Instrução Pública da Parahyba, 25 de julho de 1871. Joaquim Moreira Lima).

denominando de cultura material escolar e espaços destinados à leitura - como a Biblioteca do Liceu, por exemplo.²⁵

Alertamos também que no caso da Paraíba do Norte encontramos um maior número de indícios acerca dos artefatos escolares, a partir da segunda metade do século XIX, principalmente através dos jornais, que tivemos acesso a partir do ano de 1858.²⁶

Dessa forma, foram se configurando os espaços escolares, seus aspectos materiais, como também a criação dos cargos da Instrução Pública, como os de diretor geral,²⁷ secretário, inspetor, amanuenses, etc.²⁸

É notória a amplitude das ações do diretor, porém o mesmo terá suas atividades subdivididas com os demais cargos da instrução pública, a exemplo da organização dos compêndios.²⁹ E acerca da organização e escolha desses materiais, temos:

Determina que a Congregação dos lentes do Liceu desta cidade designe na última reunião de cada ano letivo os compêndios, pelos quais deverão ensinar no ano seguinte as disciplinas de cada uma das respectivas cadeiras, ficando assim revogado o artigo 89 de seus estatutos. (Lei nº 17 – de 5 de julho de 1847).³⁰

Nos anos finais do século XIX, estava constituído que esta congregação dos lentes liceais, sob a presidência do Diretor, formaria os estatutos, considerando que neles haveria atribuições e

²⁵ A partir dos relatórios dos presidentes de Província pudemos acompanhar com mais detalhes, de quais formas essas leis/regulamentos foram sendo adequados (ou não) nos espaços escolares.

²⁶ Datação amparada na documentação já citada anteriormente.

²⁷ Através dos relatórios e do Regulamento de 15 de janeiro de 1849, podemos acompanhar o processo de formação do cargo de Diretor (geral) e da *necessidade* da Diretoria da Instrução Pública: “Parece-me necessário crear huma directoria de Instrucção publica, com attribuições de inspecionar todas as Aulas ainda mesmo as particulares, regular o ensino, e informar o Governo do estado d’elle.” (Relatório apresentado à A.L.P. da Paraíba do Norte pelo excelentíssimo Presidente da Província, o bacharel João Antonio de Vasconcellos, em 1.º de Agosto de 1848). “Art. 1º – Haverá na capital da Província um Diretor Geral da Instrução Pública, nomeados pelo Presidente da Província.” (Regulamento 15 de janeiro de 1849). Entretanto, em “Exposição feita pelo Exm. Sr. Dr. João Antonio de Vasconcellos, Presidente da Província da Parahyba do Norte ao Exm. Presidente della Sr. Coronel José Vicente de Amorim Bizerra, no acto de passar-lhe a administração da mesma Província em 23 de Janeiro de 1850” é declarado que: “A Assembléia Provincial derogou na Lei do Orçamento vigente a autorisação, que me havia dado no do anno passado para regular a instrucção primária, e crear a Directoria da Instrucção Publica.”

²⁸ Acerca das datas de criação dos cargos: Para o cargo de secretário: § 4º – Fica criado o lugar de secretário da instrução pública, com o ordenado anual de 800\$ e a gratificação de 200\$. (Lei nº 12 – de 8 de agosto de 1860). Inspetor/Amanuense: as primeiras referências que temos acerca destes cargos, encontram-se nos respectivos anos: 1837 (Lei nº 20 – de 6 de maio) e 1858.

²⁹ Como já afirmamos anteriormente, observando na legislação as matérias indicadas, - e no caso, para o ensino (primário) -, podemos nos indagar acerca do material/livros dispostos para as mesmas: “Art. 1º – O ensino primário das seguintes matérias: Leitura e escrita; Elementos de gramática portuguesa; Princípios de aritmética, compreendendo o sistema legal de pesos e medidas; Noções de história e geografia do Brasil; Noções de história sagrada; Trabalho de agulha e prendas domésticas nas escolas do sexo feminino. § Único. As professoras diplomadas pelo externato normal, bem como as pessoas que lhe habilitarem, na conformidade do artigo 3º e 4º da resolução de 31 de maio último, serão obrigadas a ensinar noções de cousa, música, desenho e ginástica.” (Regulamento Nº 36, de 26 de junho de 1886).

³⁰ No Quadro 2, nos apêndices, é possível encontrar algumas indicações de livros utilizados no Liceu para alguns anos da década de 1860, do século XIX.

deveres, além das condições das matrículas, forma dos exames, processo dos concursos para provimento das cadeiras vagas e tudo mais que interessasse à economia interna do Liceu, para os seguintes cargos: reitor, professores, secretário e outros empregados a ordem de dependência dos estudos (Resolução Nº 288, em 11 de novembro de 1885). Concebemos a partir de documentos que se referiam aos estatutos que neles constavam uma espécie de desenho das culturas escolares que se desejava construir. Nessa direção identificamos a escolha desses materiais e os esclarecimentos relativos às formas de sua utilização:

Art. 43 – Todos os discípulos de uma mesma classe devem ter os *mesmos livros*, e estudar as mesmas lições. Para a leitura de manuscritos se lhe dará a ler de preferência manuscritos, ou cadernos litografados, contendo coisas, que na carreira da vida lhes seja útil conhecer, como recibos, arrendamentos, contratos, vendas, memórias sobre obras, ou aliás encerrando noções elementares de agricultura, ou sobre as artes, ofícios, etc. (Regulamento de 20 de Janeiro de 1849 - Para as escolas de Instrução Primária da Província da Paraíba do Norte) (grifos nossos)

É importante contemplar a preocupação com os materiais destinados a instrução, como também a atuação do cargo do diretor, à medida que se observa em suas atribuições:

[...] Art. 2º – Compete ao Diretor Geral:

[...] § 2º Regular o ensino público nacional, designando, segundo seus diferentes ramos, as matérias e método, que se deve nele seguir, promover a composição de *compêndios* para o mesmo ensino, distribuir as diversas aulas, atendendo as localidades mais convenientes; organizar regulamentos escolares, e ocorrer finalmente com ilustrações, e mais providências necessárias, a bem da instrução, submetendo tudo previamente a aprovação do Presidente da Província.

[...] Art. 9º – As pessoas, que atualmente tem *aulas, ou casas de educação*, poderão continuar, contanto que o participem as autoridades competentes. (Regulamento de 15 de janeiro de 1849). (grifos nossos)³¹

Podemos assim dizer que, esse diretor deveria atender a província paraibana, como também deveria regular e estar regulado ao controle do Governo Central Provincial, expondo em forma de relatórios a situação do que ocorria no ensino a ser enviado ao presidente da província.³²

³¹ No Regulamento Nº 36, de 26 de junho de 1886, para o ensino primário observamos a ampliação dessas atribuições: “Art. 107º – O diretor geral é depois do presidente da província, o funcionário que tem por missão dirigir e fiscalizar o ensino primário que se der na província, competindo-lhe:

§ 1º Inspeccionar e superintender todas as escolas, colégios e casas de educação e estabelecimentos provinciais de ensino primário público e particular.

[...] §24º Autorizar:

[...] 2º A aquisição, compra e distribuição de livros para alunos indigentes.

3º O fornecimento de livros de escrituração e de objetos de expediente da província às escolas públicas.”

³² O Artigo 2º § 4º do mesmo Regulamento de 15 de janeiro de 1849, indica: “Enviar todos os anos à A.L.P. um relatório circunstanciado, por intermédio do governo, de todos os estabelecimentos de instrução e aulas da Província, acompanhando-o de observações tendentes ao melhoramento da mesma instrução.”

Nesse sentido, em documento ao presidente da província da Paraíba³³ vindo da Corte, no Rio de Janeiro, acentuamos os trechos relacionados à instrução pública, que traziam as questões relacionadas ao estado da instrução primária e secundária em diversos aspectos, tais como:

[...] 2º Qual o estado do ensino primario e secundário com declaração do número das respectivas aulas ou escolas, assim públicas como particulares e dos alumnos de um e de outro sexo que as frequentarão no corrente anno, sendo esta informação acompanhada de um exemplar do Regulamento ou das Instrucções por que ahi se rege esta matéria, annunciando Vossa Excelência sua opinião sobre as causas que tem concorrido para o progresso ou atraso deste interessante ramo de serviço publico, e lembrando para o seu melhoramento alguma medida que julgar efficaz e que por ventura dependa do Governo Geral.

[...] 12º Qual o numero e estado dos edificios e estabelecimentos destinados para recreio e instrucção da população, como Jardins Botânicos, Bibliothecas, Museus, Theatros etc...

[...] Recomendo a Vossa Excelência e espero de seu zelo que faça todo o esforço para a remessa destas informações com a brevidade possível, e no caso em que por circunstancias independentes da vontade de Vossa Excelência não possam todas ellas ser enviadas em tempo de aproveitar para o fim que tendo em vista, convém que Vossa Excelencia transmitta ao menos as que já tiver colhido ou puder obter. (Parahyba do Norte, 4 de Outubro de 1856)

A exigência desses dados nos relatórios é interessante para pensarmos o plano de controle social, político e econômico da Corte em relação às províncias. Além do que, quando comparamos essas recomendações nos relatórios entregues pelos presidentes da província e diretores da instrução pública, percebemos tanto, a repetição de discursos em anos subsequentes, ora mais descritivos, ora mais resumidos, porém na maioria das vezes, sempre consideravam a instrução como um bem a todos, mas que esta persistia com problemas em seu progresso.

Sobre a divisão de poderes que atuaram diretamente na Instrução Pública da Paraíba do Norte, podemos elencar assim os seguintes cargos: o Presidente da Província, o Diretor Geral, o Conselho Provincial, os Inspectores Escolares, os Professores e a Secretaria da Instrução Pública e/ou Primária. Abordamos um pouco das responsabilidades desses sujeitos tendo como relevo em relação à cultura material escolar e seus vínculos com as culturas escolares sejam no domínio provincial/assembleias, as questões relativas às instituições e aos professores.

O descortinar de cada atribuição dos respectivos cargos da instrução primária exibiu que a tarefa de inspeção foi sendo compartilhada, e podemos dizer que como cabia a muitos, ela acabou, muitas vezes, sendo deixada de lado.

³³ O nome do presidente da província não estava identificado na documentação. O documento apresenta apenas a assinatura identificada como Luis Pedreiro da Costa Ferreira, tendo como cabeçalho a expressão “Rio de Janeiro Ministério dos Negócios do Império”.

[...] Art. 112° – Ao *conselho provincial* incumbe:
 [...] § 2° A *adoção, revisão ou substituição* dos compêndios, livro e objetos do mesmo ensino.
 [...] Art. 113° – *Compete mais* ao conselho provincial:
 § 1° *Velar* para que não sejam admitidos nas escolas primárias compêndios e objetos do ensino, que não forem adotados pela forma estabelecida neste regulamento.
 [...] Art. 114° – Ao conselho do ensino provincial cumpre *examinar* os livros, compêndios e traslados em uso nas escolas primárias, fazendo suprimir os que não estiverem em condições de ser conservado para o ensino.
 (Do Ensino Primário - Regulamento N° 36 de 26 de junho de 1886). (grifos nossos)

Constatamos, até o momento, o ano de 1886 como a primeira e única referência à existência do Conselho Provincial na Paraíba do Norte. Todavia, a respeito dos inspetores, observamos os constantes pedidos de necessidade de inspeção, sendo a câmara um dos órgãos que realizou esta tarefa³⁴; e quando a inspeção não funcionava, recaíam as cobranças sobre os Diretores da Instrução Pública; em 1853, há a referência de um comissário de inspeção e a figura do inspetor é apontada, de acordo com os relatórios, apenas a partir do ano de 1855; uma proposta de reforma realizada por Diogo Velho Cavalcanti De Albuquerque, Diretor da Instrução Pública, em 1861, colocava os párocos para inspecionar o ensino moral e religioso; e assim como os professores, diretores e presidentes da província, os inspetores produziam igualmente relatórios da situação educacional.

Art. 143° – Ao secretário incumbe:
 § 9° *Requisitar* ao diretor geral *por escrito o fornecimento* dos objetos necessários ao serviço e uso da secretaria.
 [...] Art. 147° – Na secretaria existirão os livros seguintes:³⁵
 § 1° O ponto dos empregados.
 § 2° O de posse e de juramento dos professores e empregados da instrução pública.
 § 3° O de fornecimento de móveis e utensílios das escolas públicas.
 § 4° O de registro da correspondência.
 § 5° O de assentamento dos professores.
 § 6° O de inscrição para os concursos.
 § 7° O das atas dos concursos para o ensino primário.
 § 8° O de contrato para alugues de casas.
 § 9° O da porta.
 (Do Ensino Primário - Regulamento N° 36 de 26 de junho de 1886).

³⁴ A funcionalidade desse cargo administrativo da instrução pode ser debatida à medida em que nos é apresentado que o mesmo não recebe uma remuneração para suas atividades: “A meu ver nenhuma alteração a este respeito terá a desejada efficacia, desde que não forem remunerados os individuos encarregados da inspecção.” (ANNEXO J. Directoria da Instrucção Publica da Parahyba em 29 de Junho de 1861).

³⁵ Para tentativas de comparações materiais temos o capítulo IX do Regulamento que trata da escrituração e dos livros para o Colégio de Educandos e Artífices (1865): “Art. 58 – Os livros do Colégio, além de outros que houverem de ser criados segundo as exigências do serviço, são: Os das atas do Conselho Administrativo; O do registro da correspondência oficial; O da matrícula dos educandos; O do ponto dos empregados, professor de instrução primária, mestre de música e de oficina; O de contratos; O caixa geral com um auxiliar da receita e outro de despesa; O de carga e desonera dos mestres de oficinas; O de consentimento dos empregados.” É necessário também atentar para as especificidades de cada instituição.

Nos documentos é necessário estar atento aos diversos secretários que procederam aos registros no universo educacional, desde a secretaria do governo, de instituições como o Liceu Provincial e a secretaria de instrução pública/primária, como se observa na citação acima.

Localizamos também a figura do porteiro, tendo em vista que suas funções perpassam pelos espaços e materiais do universo educacional.

Do Porteiro

Art. 23 – Tem a seu cargo.

1º) A limpeza e asseio da casa, móveis, etc.

[...] 3º) A lavagem da roupa

[...] 5º) A guarda de todo e qualquer objeto pertencente ao estabelecimento, que pelo Diretor lhe for confiado.

(Regulamento nº 7, de 6 de dezembro de 1865).³⁶

As atribuições de seu cargo e as outras responsabilidades que o mesmo assumia, por estarem relacionados com atividades de guarda e limpeza dos materiais, podem parecer comuns diante do acúmulo de cargos. Entretanto, como já citamos em casos anteriores, o processo de (des)organização e sobreposição de tarefas entre os responsáveis pelo andamento da instrução pública na Paraíba do Norte, se deu na maioria das vezes, pelas ocorrências de falta de inspeção e de efetivação dos cargos, frente à criação das propostas, reformas e/ou leis e sua execução.

Dessa forma, passamos neste momento a observar como se deu esse processo de acomodação, circulação e controle acerca da cultura material escolar no interior da legislação na Paraíba do Norte, relacionando-se aos diálogos oferecidos nos relatórios - seja dos diretores da Instrução Pública ou dos presidentes de província, analisando os indícios para efeito de comparação entre esses documentos.

2.1 Os locais destinados as aulas e a questão da salubridade

³⁶ Acerca dessas responsabilidades que recaíam sobre o porteiro, temos também algumas observações para o mesmo do Liceu: “[...], quanto as despesas, [...], o Governo julgou deliberar pela negativa acerca da gratificação do Porteiro do Lycêo d’esta Cidade, ao qual mandou pagar tam somente o Ordenado, que lhe estabelecia a Lei Provincial de 4 de Março do anno próximo [...], por lhe faltar o exercício de Bibliotecário a que entendeu só competir a gratificação, marcada no § 1.º do Artigo 4.º da Lei de 29 de Março. A vós, Senhores, toca fixar a verdadeira intelligencia de huã, e outra Lei, a fim de que nem fique lezado o Empregado, e nem prejudicada a Fazenda Pública”. (Discurso com que o Presidente da Província da Paraíba do Norte, Quaresma Torreão, fez na abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Provincial no mez de Janeiro de 1837.) Outra troca e acúmulo de cargos se dá com a figura do bedel: “O Lyceo possui um unico empregado com a denominação de Bedel, que faz as funções de porteiro e continuo, e executa as ordens do Director e Secretario no que é tendente ao serviço do estabelecimento: elle só, [...], não póde dar vasão a todo o serviço de que é encarregado; está sugeito a molestias e a outros impedimentos; a creação de um empregado, sob qualquer denominação, que o coadjuve e substitua em suas faltas é uma providencia que já solicitei, e porque de novo insto a bem do serviço publico”. (Relatório do Diretor da Instrução Pública. Manrique Victor de Lima. 1857).

Considerando a primeira Lei Geral da Instrução de 15 de outubro de 1827, e o diálogo entre espaços e disciplinas escolares, temos:

Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias.
[...] Art. 3º Os presidentes, em Conselho, taxarão interinamente os ordenados dos Professores, regulando-os de 200\$000 a 500\$000 anuais, com atenção às circunstâncias da população e *carestia dos lugares*, e o farão presente a Assembléia Geral para a aprovação.³⁷
(grifos nossos)

Ao longo do século XIX, a preocupação com os locais onde deveriam acontecer as aulas foi constante nos discursos oficiais relacionados à instrução pública e particular. Casas alugadas, casas dos professores (as) e/ou alunos (as), e espaços religiosos são alguns exemplos de “soluções” encontradas para a aplicação do ensino de primeiras letras na Paraíba do Norte,³⁸ em virtude de estarmos em um momento da história da escolarização que os espaços destinados a esse fim estavam se constituindo.

Para o item *Local e Mobília das Aulas*,³⁹ é visível a preocupação com o tamanho, iluminação e ventilação do ambiente, que se relaciona com os ideais higienistas que começaram a se propagar no século XIX. Da mesma forma, a atenção para o posicionamento do professor e as (formas de) utilizações dos materiais sempre estavam presentes.

Art. 1º – Todo professor deverá procurar para a sua aula *casa sadia*, com sala grande, bem clara, e arejada, e em tudo apropriada ao estabelecimento de uma escola; o que será verificado pelo Inspetor respectivo.
[...] Art. 3º – No centro da sala, ou de preferência na sua entrada, e defronte dos discípulos, haverá um estrado, em que se colocará a mesa do professor; este estrado terá a altura suficiente para que, sentado mesmo possa o professor ver toda a escola.
[...] Art. 5º – Nas paredes estarão penduradas pedras pretas para qualquer exercício. Em uma parte dessas paredes, apropriada ao fim, se desenharão o abecedário, o algarismo, figuras geométricas, e um mapa do Império do Brasil. (Para as escolas de Instrução Primária da Província da Paraíba do Norte - Regulamento de 20 de janeiro de 1849).
(grifos nossos)

³⁷ Retirado de: <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-J.pdf>>

³⁸ Os inspetores (com o auxílio do professor) eram autorizados pelo diretor geral para contratar aluguéis de casas para o ensino na capital; em outras localidades estaria sob a responsabilidade da “coletoria provincial com audiência do inspetor escolar e do respectivo professor”. (art. 36º). E acerca dos valores encontra-se na legislação o seguinte Artigo 37º, que diz: “Os contratos para os referidos edificios, jamais excederão da quota anual de: 200\$000 para as escolas de 1ª classe. 50\$000 para as de 2ª. 100\$000 para as de 3ª. 80\$000 para as de 4ª. § Único. Nesses contratos deverão estabelecer-se condições que obriguem os proprietários ás despesas de conservação e asseio de seus prédios sob pena de rescisão.” Esses proprietários podem ser traduzidos para a figura do professor, que deveria arcar com as despesas do “asseio e fornecimento de água das escolas, quer da capital, quer das demais localidades da província” (art. 40º). (Regulamento Nº 36, de 26 de junho de 1886).

³⁹ Um dos itens discutidos no Regulamento – de 20 de Janeiro de 1849, para as escolas de Instrução Primária da Província da Paraíba do Norte.

As condições e o posicionamento do professor e dos materiais também são indícios do processo regulamentador no interior das aulas. E como contraste ao ideal legislativo, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque - Diretor da Instrução Pública da Paraíba, em 1 de Março de 1861, relatou:

“Mesmo aqui na capital, as aulas que inspecionei pessoalmente, estão, com exceção apenas da 1ª do Bairro Alto, pessimamente, acomodadas. Algumas, como a do sexo feminino do mesmo bairro, e a 4ª do sexo masculino do bairro médio, que são bem frequentadas, achão-se em edifícios sem espaço, e até prejudiciaes á saúde de quem deve permanecer n'ellas durante seis horas das de mais intenso calor. A do sexo masculino do Varadouro está em uma casa espaçosa, mas sem mobília, nem utensílios, como todas as outras. É fácil de imaginar o que vai pelas escolas do interior.”

Esse e outros exemplos já citados nesse trabalho são importantes para observar os movimentos entre a prescrição e a efetivação da legislação, diante dos pomposos discursos oficiais e o cotidiano educacional, na Paraíba Oitocentista; e neste caso, já realizando esboços de disparidades entre a cidade e o interior.

O debate sobre os materiais escolares envolve diretamente sujeitos e práticas, dentro e fora dos espaços educacionais. E em relação aos artefatos escolares, abordamos nesse momento as dependências entre o corpo docente e os livros/compêndios indicadas, a saber:

Dos Deveres:

Art. 31º – Ao professor *incumbe*:

[...] § 6º Lecionar por compêndios e livros competentemente *aprovados*.

[...] § 10º Proceder perante a mesma autoridade o inventário do material escolar quando

1º Assumir o exercício da cadeira.

2º Houver de deixá-la.

3º Der-se novo fornecimento.

§ 11º Conservar o material escolar que lhe for confiado.

[...] § 13º Distribuir trimestralmente aos *pais, tutores ou protetores dos alunos boletim de frequência*, aproveitamento e conduta destes, fornecendo, para isso a diretoria geral os precisos exemplares impressos.

§ 14º Remeter trimestralmente à diretoria geral, por intermédio dos inspetores escolares, até 5 dias depois de findo o trimestre, o *mapa do movimento escolar*, observando, para isso, o *modelo anexo*.

[...] §16º Conservar a casa da escola sempre limpa e asseada e prove-la do mais a que é destinada a quota respectiva da tabela junta.

[...] Art. 32º – Ao professor *é proibido*:

[...] 6º Vender aos alunos quaisquer objetos concernentes ao ensino. (Regulamento Nº 36, para o Ensino Primário, de 26 de junho de 1886). (grifos nossos)

A partir dessas tarefas incumbidas ao professor podemos refletir acerca da ideia profissional dada ao mesmo, tendo também como contraponto as exigências cobradas nos relatórios oficiais. Os professores deveriam se reunir e fazer os pedidos de livros/compêndios aprovados; porém, como já foi observado, a compra muitas vezes dependeria da demanda provincial, estando também sobre a

tutela do presidente da província. No processo de aplicação em sala de aula, a guarda e conservação recairiam sobre a figura do professor. Todas essas atividades estavam sendo regularizadas pelo Diretor Geral da Instrução Pública: [...] § 21º *Fazer efetiva as responsabilidades dos professores públicos*, pela guarda e conservação dos móveis, utensílios e livros das escolas, promovendo a indenização do prejuízo que sofrer a província por falta de cuidado e zelo da parte deles. (Regulamento Nº 36 de 26 de junho de 1886). (grifos nossos)

E assim como vimos indicados nos estatutos, consideramos os boletins e mapas como componentes significantes para compreender a formação das culturas escolares em espaços escolares destinados à escolarização, dessa forma, entendemos que a cultura material aqui indicada por meio da lista de materiais e asseio em relação “à casa da escola” são importantes para pensarmos as culturas escolares no oitocentos.

Em detrimento à realidade dos espaços destinados à instrução de primeiras letras, como também a relação entre a instrução e o professores/alunos/famílias, temos em documento do Diretor da Instrução Pública, Manrique Victor de Lima, no ano de 1853, o seguinte relato:

“No Relatório passado propuz, como medida de notoria utilidade, a remoção das escolas para fora das casas de residência dos Professores, insisto de novo pela mesma providencia estando ainda na convicção de que não póde deixar de soffrer o ensino publico com a accomodação promiscua dos meninos e da familia do Professor no mesmo edificio, devendo ser a escola mal inspeccionada quer pelo Commissário, quer pelos mesmos paes de familia interessados em testemunhar e conhecer o methodo por que são instruidos e educados os seus filhos, [...]”

Percebemos nas leituras da documentação as tentativas de se criarem espaços adequados para as aulas; as preocupações voltadas para a moral dos alunos; a relação dos métodos dos professores e o chamar da atenção dos pais para a educação dos seus filhos. Falar de método relaciona-se também aos materiais utilizados. E é sobre este tópico que nos debruçamos neste momento.

2.2 Os artefatos e os métodos escolares

Considerando, mais uma vez, a Lei Geral da Instrução de 15 de outubro de 1827, ressaltamos:

Art. 4º As escolas serão do *ensino mútuo* nas capitais das províncias; e serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se.

Art. 5º Para as escolas do ensino mútuo se aplicarão os *edifícios*, que couberem com a suficiência nos lugares delas, *arranjando-se com os utensílios* necessários à custa da Fazenda Pública e os Professores que não tiverem a necessária instrução deste ensino, irão

instruir-se em curto prazo e à custa dos seus ordenados nas escolas das capitais.⁴⁰ (grifos nossos)

O destaque do ensino por meio do método mútuo na legislação esteve associado igualmente aos limites dos recursos, tendo em vista que, o professor teria monitores que o auxiliaria e a utilização dos materiais escolares também funcionaria de maneira mais econômica. E para aplicação deste método, destaca-se a figura e a instrução do professor, e para isto mais uma vez, as discussões das rendas públicas entram em cena.

Percebemos que a manutenção das prescrições legislativas rendia ao Governo Imperial uma ampla gestão que de acordo com os discursos oficiais, os cofres públicos não estavam preparados.

E na organicidade desse corpo de professores tivemos a presença de religiosos. O Brasil oitocentista seja sob a ótica conservadora e/ou liberal⁴¹ formatou suas instituições escolares de acordo com um plano de ordem baseado em princípios religiosos. Do ensino primário, secundário ao ensino profissional haveria a presença religiosa, seja pela presença de padres mestres, seja pelo ensino e/ou utilização de textos e imagens cristãos.⁴²

E a respeito da presença de padres e nesse diálogo entre professores e materiais, houve também a produção de materiais organizados por estes sujeitos, como podemos observar na Lei nº 20 – de 3 de julho de 1854, onde o professor de Latim, da cidade de Areia, recebe o valor de 1.200\$000 réis para impressão e publicação de sua obra, denominada *Manual do Estudante de Latim*. Outro exemplo foi a exigência do uso da Gramática da Língua Nacional do Pe. José Antonio Lopes da Silveira – este recebeu uma gratificação de 600\$00, pois sua obra foi aceita como compêndio para toda a província.⁴³

A produção de uma *carta corográfica da província* - organizada pelos engenheiros Blesse e Polemam -, esteve resguardada pela Lei nº 133 – de 25 de outubro de 1864, que assegurava o pagamento das despesas para sua confecção. Todavia, não temos maiores informações sobre a sua utilização, por exemplo, nas instituições escolares.

O processo de elaboração desses materiais para a província paraibana nos leva a pensar acerca da preocupação local frente aos discursos de escassez dos materiais, por exemplo.

⁴⁰ Retirado de: <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-J.pdf>

⁴¹ Esta observação atrela-se a ideia apreendida através da leitura de Souza (2012).

⁴² Na Lei nº 439, de 15 de dezembro de 1858, para o *Colégio de Nossa Senhora das Neves*, em seu Art. 1º, nos diz: “[...] seu fim é a instrução, e educação moral, e religiosa das meninas.”

⁴³ Fragmento de parte da documentação mista para o ano de 1840.

Localizamos em relatório de 1848⁴⁴ as “denúncias” em relação à falta de livros. E no ano seguinte, defrontamo-nos com o seguinte depoimento:

Fiz comprar alguns livros que encerravam matéria adequada ao ensino primário, e os distribuí, deixando o catalogo, para repetir a compra logo que fosse preciso; e assim ensinar-se sempre a mesma doutrina. Um mesmo regulamento para todas as escolas, e uma mesma matéria de ensino é um passo para a uniformidade da instrução. Bem sei que devera haver um compendio adoptado para as escolas, e era o verdadeiro; mas não pude descobrir um dos que tenho noticia que mais agradasse. (Relatório apresentado a A.L.P. da Paraíba do Norte pelo excelentíssimo presidente da Província, o bacharel João Antonio de Vasconcellos, em 1º de Agosto de 1849).

Refletimos assim, a respeito da grande necessidade de inspeção e das dificuldades de efetivação do que estava conjecturado em lei. Como relatado na referência acima, as notícias circulavam, contudo, não se alcançava o plano da materialidade. Pensamos assim, mais uma vez, sobre as conveniências que perpassavam a escola no período oitocentista. O ensino destinado igualmente às práticas da agricultura e do comércio é uma constante ao longo do XIX.⁴⁵

Observamos assim que a preocupação com a utilidade dos conhecimentos inseridos nos espaços escolares circulava tanto no ensino de primeiras letras, quanto no ensino secundário. E sobre essas inquietudes sobre os conhecimentos úteis temos uma nota acerca do Colégio de Educandos e Artífices alegando que as oficinas disponíveis nesta organização, além do ensino, serviriam para o *aumento dos recursos do estabelecimento* por meio da venda de seus produtos.⁴⁶ Mais tarde, esse estabelecimento estaria se destinando à formação para uma educação profissional, voltada ao mercado de trabalho.

2.3 A conduta dos professores e o controle disciplinar: premiação e castigos

Na Lei Geral da Instrução de 15 de outubro de 1827 salientamos a seguinte citação:

⁴⁴ “Vendo a falta absoluta de livros de boa leitura nas escholhas, pedi ao Governo Imperial que fizesse comprar, e me remetesse [...], livros estes de grande merecimento, e que acho mui apropriados a capacidade dos meninos: logo que cheguem, farei distribuir por todas as Aulas.” (Relatório apresentado á A.L.P. da Paraíba do Norte pelo excelentíssimo Presidente da Província, o bacharel João Antonio de Vasconcellos, em 1.º de Agosto de 1848).

⁴⁵ “Ninguém ha, que desconheça hoje as vantagens da divisão do ensino primario em dous grãos, e da instrução em primaria e secundaria, formando-se os homens com aquella pela erudição, e preparando-se com esta a mocidade, que se houver de aplicar ás sciencias, as profissões, á agricultura, ao commercial, e ás industrias.” (Relatório apresentado a A.L.P. da Paraíba do Norte pelo 2º Vice-Presidente, Exm. Sr. Barão de Maraú em 5 de Agosto de 1867). Nos regulamentos essa premissa também aparece em coesão no seguinte trecho: “Art. 48 – As apostilas na última classe consistirá em máximas de religião, passagens de história e da moral, promessas, recibos; contratos, escritos de compra e venda, etc.” (Regulamento de 20 de Janeiro de 1849).

⁴⁶ Regulamento nº 7, de 6 de dezembro de 1865: “Art. 6º – Essas oficinas têm por fim não só o ensino e aperfeiçoamento dos educandos, como também o aumento dos recursos do estabelecimento por meio da venda de seus produtos.”

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a *Constituição do Império e a História do Brasil*. [...] ⁴⁷ (grifos nossos)

Podemos dizer que a utilização de materiais de leitura como a *Constituição do Império* e a *História do Brasil*⁴⁸, nos dá indícios sobre os intuitos do que se queria ensinar aos alunos como os ideais de ordem e moral, que se estendia a toda sociedade imperial, e da própria escassez de livros destinados especificamente ao letramento. Em meados do século XIX, nos deparamos com a seguinte observação:

Art. 19 – É proibido trazer outros livros, que os de uso escolar. (Tópico Disciplina - Para as escolas de Instrução Primária da Província da Paraíba do Norte. Regulamento de 20 de janeiro de 1849).

O ato de inspecionar e proibir a escolha e utilização de alguns livros nas escolas de instrução primária nos faz pensar sobre o processo de circulação e organização destes materiais tanto no sentido de produção/conteúdo destes, como das condições provinciais e das famílias dos alunos, na Paraíba do século XIX.

Neste tópico, para além da disposição e conduta dos materiais e alunos (como o ato de cortejar o professor, de ficar em silêncio, da prática do asseio trazendo *roupa limpa e decente*, etc.), faz-se menção a quantidade dos discentes, proporcionada igualmente às dimensões da sala.

Outra abordagem é o trabalho com a *Instrução Moral e Religiosa* atribuída a circulação de ideias, que agiam na formação dos estudantes, como também dos professores que deveriam revelar uma vida exemplar. Encontramos referências aos livros onde se registrava informações dos alunos dentro e fora dos espaços escolares:

[...] Art. 8º – O Presidente da Província subministrará pelo cofre provincial a cada uma das Escolas de Primeiras Letras dois *livros*, um para matrícula, contendo o número dos alunos, nomes, idades, naturalidades, filiação, moradias, tempo de entrada, dia da saída, e o estado de instrução; o segundo, que será dividido em duas partes, servirá, uma para se lançar os termos dos exames, e a outra o número, nome, e as faltas de cada um dos alunos.

[...] Art. 10º – O Presidente mandará fornecer as aulas de *bancos*, e *mesas*, procedendo requisição legal.

⁴⁷ Retirado de: <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-J.pdf>

⁴⁸ Com um Estado Imperial fincado em bases religiosas católicas, encontraremos em outros documentos indicações a leitura da Bíblia e a exposição de figuras (do Imperador e da imagem Cristo) que deveriam ficar expostas nas salas de aula (Regulamento – de 20 de Janeiro de 1849). Não encontramos até o momento, maiores referências à obra “História do Brasil”.

[...] Art. 12º – Terão por obrigação, tanto os professores, como as professoras.
 [...] 4º) Observar e fazer observar em suas aulas os presentes estatutos, administrando o infrator; caso porém não aproveite a primeira e segunda admoestação, poderão usar além de outros castigos morais adaptados, de *palmatoadas*, que não excederão as seis em cada dia; usando porém deste castigo com a necessária moderação, e em proporção a idade dos alunos. [...] (Lei nº 20 – de 6 de maio de 1837). (grifos nossos)

E acerca das discussões disciplinares, uma das práticas que perpassou o período imperial foi a utilização da palmatória.⁴⁹ Em 1849, é possível encontrar:

O castigo corpóreo não é meio de ensinar, só a barbaridade pode adopta-lo; elle além de não preencher o fim, enerva as forças d’alma, e torna o animo propenso a dureza, e hábitos deshumanos: o mestre deve ensinar o menino, e conduzi-lo pela brandura da palavra, e pelo exemplo, aproveitando com habilidade as ilusões próprias da idade para insinuar a boa doutrina. (Relatório apresentado a A.L.P. da Paraíba do Norte pelo presidente da Província, o bacharel João Antonio de Vasconcellos, em 1º de Agosto de 1849).

Deparamo-nos com outros posicionamentos nos anos finais do século XIX - 1866⁵⁰ e 1887⁵¹; porém, não vamos mais nos deter neste debate sobre o uso da palmatória, tendo em vista que já foram realizados outros trabalhos sobre o tema. Queremos apenas chamar a atenção para a diversidade de ideias e discursos sobre o seu uso, porque em nosso entendimento esse é mais um elemento que compunha a cultura material escolar do período ajudando a compor o desenho das culturas escolares da época.

Para o contexto dos anos finais do período imperial, podemos associar a preocupação com a faixa etária de acordo com o decorrer de estudos sobre a *educação infantil e popular*, que com

⁴⁹ Além dessa referência às cadeiras de primeiras letras, temos outros vestígios de utilizações da palmatória no espaço legislativo e suas aplicações nas instituições escolares: Para o Liceu: Capítulo 6º - Da Economia e Política das Aulas: [...] Art. 56 – O professor da primeira cadeira poderá castigar os seus discípulos com palmatória. (1846). Para o colégio de Educandos e Artífices: Art. 38 – É permitido o uso da palmatória tanto no Colégio como na sala de instrução primária e nas oficinas. Os mestres não podem aplicar mais de seis palmatoadas por dia a um educando, mas o Diretor pode aplicar até doze conforme o culpa. (1865). Ver mais sobre o tema em Miranda (2012).

⁵⁰ “Seja o director expressa e legalmente autorizado a penitenciar a seu arbitrio, já não digo com palmatoadas, mas com quaesquer outros castigos, aos estudantes privilegiados, que o merecerem, bem como mandal-os conservar de pé durante os trabalhos da aula a que pertencerem; possa elle igualmente, nos crimes de maior monta, recluser em uma sala do Lycêo os delinquentes, por espaço de horas que, á juizo prudente, correspondão com a gravidade do delicto; sejam, finalmente, suas ordens sustentadas e consideradas como de ultima instancia, que logo cessarão esses prejudiciaes e inveterados inconvenientes.” (Diretoria da Instrução Pública da Parahyba, 22 de Junho de 1866).

⁵¹ “O erro capital, segundo pensamos, tem sido antes do poder publico. Desde que foi supprimida a palmatoria, *ipso facto*, estava indicado um novo caminho; isto é, outras alterações deviam ser realizadas. Era occasião de cuidar-se em preparar os professores. Não se cuidou, porem, disto. Entregou-se o mestre desarmado a infancia desenfreada, e tanto restringio-se o poder daquelle e estenderam-se as regalias d’esta, que se pode affirmar sem medo de erro, que a palmatoria passou das mãos do mestre, para as do discípulo”. (Palácio da Presidência da Paraíba do Norte, em 3 de Agosto de 1887. Geminiano Brazil D’Oliveira Góes).

Pestalozzi (1746-1827)⁵² vai se assumindo a noção de práticas pedagógicas atreladas ao amor, justiça e a figura da mãe (HILSDORF, 2012).

Estudos têm demonstrado que no Brasil Imperial, o processo de feminilização da docência, que ficaria mais evidente no período republicano, interligava-se à ideia de uma instrução acompanhada dos cuidados maternos; todavia, as práticas disciplinares estão naquele momento, lado a lado, no processo de formação das mentes, (do espírito) e do corpo. No século dezenove, considerando principalmente o “período imperial”, não havia uma organização seriada em relação à escolarização como compreendemos essa distribuição nos dias atuais. O processo de divisão era em educação primária e educação secundária ou superior. O direcionamento das idades também se desloca, mais posteriormente, às questões de organização das classes ou a seriação.

Além da palmatória, outra prática punitiva ou *castigos* foi a utilização de rótulos pendurados ao pescoço e utilizados durante o período escolar; esses indicariam “a natureza do erro”: falta de verdade, indisciplinada, falador, preguiçoso, etc.⁵³ Outra forma de controle desses alunos foi a divulgação da ordem e da moral através dos atributos religiosos como a leitura da Bíblia, para a institucionalização do dever aos planos divinos, familiares e estatais.⁵⁴ E acerca das restrições para o alunado, temos a seguinte resolução:

CAPÍTULO 6º - Da Economia e Política das Aulas
[...] Art. 59 – No recinto do Liceu é proibida estar quem quer que seja de chapéu na cabeça, e andar com bengala, chibata ou chapéu de sol.
(Resolução 26, de Fevereiro de 1846)

Por meio de leis com as que destacamos anteriormente, podemos depreender mais sobre as políticas de controle sob o dia-a-dia dos alunos, seus utensílios e comportamentos e dizer que apesar de todas essas tentativas de controle do corpo dos alunos, houve também uma preocupação relacionada à compensação do bom comportamento dos mesmos. Isto é, os *prêmios* que os mesmos recebiam. E sobre esta questão agregamos esta temática nos planos dos espaços educacionais, a seguir:

Para as escolas de Instrução Primária da Província da Paraíba do Norte (1849):

⁵² Outra ideia relacionada a Pestalozzi é a “educação não-repressiva” – educação voltada ao cultivo do sentimento, caráter e mente.

⁵³ Regulamento de 20 de janeiro de 1849 - Art. 36: 5º item.

⁵⁴ “Deve-se aprender diariamente alguma parte da *Sagrada Escritura*”: como o ensino da história santa; o Velho e Novo Testamento. “Art. 40 – Os professores darão particular atenção ao progresso dos discípulos na instrução religiosa, aproveitarão toda a ocasião de ensinar-lhe o que devem a Deus, ao Soberano, a sua família e ao seu país.” (Regulamento de 20 de janeiro de 1849). Faria Filho (1998, p. 102), chama atenção para a assertiva que: “a lei é a linguagem da tradição e dos costumes, do ordenamento jurídico e da prática social”.

Art. 30 – No domingo pela manhã quando os alunos se tiverem reunido para a missa o professor lerá o registro das recompensas, pregará na escola uma lista de honra, em que verão os nomes dos que houverem merecido as *fitas, ou bilhetes de satisfação*.⁵⁵ (Regulamento de 20 de janeiro de 1849). (grifos nossos)

Para o Colégio de Nossa Senhora das Neves (1858-1861)⁵⁶:

Art. 29º - Os prêmios consistirão em *livros de moral*, em cuja primeira página se lerá - prêmio ao mérito - com a data, nome da educanda, do respectivo professor e diretora; e em *medalhas de prata ou ouro* tendo de um lado escrita inscrição - Colégio de Nossa Senhora das Neves – e do outro as iniciais do nome da educanda e o ano.

Art. 30º - A educanda premiada poderá usar nos atos do colégio e passeios de uma *fita azul* em laço, se o prêmio for de livros; se de medalha, de fita azul e branca em laço com a medalha pendente. (Lei nº 13, de 4 de novembro de 1858) (grifos nossos)

Para o Liceu Provincial (1836-1884):

Art. 68 - Os prêmios consistirão em um *certificado honroso*, assinado pela Congregação, que será em presença dela, entregue ao estudante pelo Diretor, e em *assentar-se* na aula, em que se matriculou *em lugar distinto*, que se chamará assento de honra. (Resolução 26 - de Fevereiro de 1846, autorizado pela Lei provincial nº 9 de 23 de janeiro de 1843) (grifos nossos)

Identificamos que, frente ao ato de premiar “para excitar a emulação” (como disse o “Presidente da Província, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves” - em 1842), nesses três espaços educacionais, os (as) alunos (as) teriam de ter o mesmo perfil e comportamento, ou seja, precisariam ser dedicados (as) aos estudos e a leitura, ter comportamento regrado e aprovação plena. Estes alunos (as) aprovados (as) ficariam distintos dos demais, recebendo prêmios como, fitas, bilhetes de satisfação, livros, certificados, direito de se sentar em um *assento de honra*, medalhas de prata e/ou ouro.⁵⁷

Anunciamos a partir deste momento, uma das medidas em relação aos recursos para além dos cofres provinciais, destinados a instrução na Paraíba Oitocentista.

2.4 As caixas escolares

⁵⁵ Art. 45 – No fim da leitura [...], o primeiro e o segundo de cada decúria são premiados com pequenos signos de distinção, que se atam ao peito.

⁵⁶ “Tendo uma experiencia de mais de dous annos feito vêr. que o Collegio de Nossa Senhora das Neves, creado nesta Capital em virtude da Lei Provincial nº 13 de 4 de Novembro de 1858 para educação do sexo fiminino, não correspondia de modo algum ao despendio que com elle se fazia, visto que apenas era frequentado ultimamente por cinco alumnas, resolveu o Governo em data do 1º de Março ultimo suspender os trabalhos do mesmo Collegio [...]”. Relatório da Diretoria da Instrução Pública da Parahyba, em 29 de Junho de 1861.

⁵⁷ A partir dos relatórios também encontramos indicações de prêmios reservados aos professores: “[...] estabelecei prêmios aos que apresentarem anualmente hum certo número de discípulos em estado de serem examinados”. Discurso com que o Presidente da Província da Paraíba do Norte, Quaresma Torreão, fez na abertura da Sessão Ordinária da Assembleia Provincial, no mês de Janeiro de 1837.

Nas leituras sobre o ensino particular primário encontramos o *caixa escolar*⁵⁸:

A criação das caixas escolares é indispensavel nos lugares em que a Instrucção definha pela fallencia de recursos. [...] cujos fundos poderão compor-se de certos e determinados impostos, aliás modicos, além das multas impostas em virtude do Regulamento da Instrucção, donativos particulares e do vencimento que o professor tiver de perder por licenças e faltas. (Relatório da Diretoria da Instrucção Pública da Paraíba, em 27 de Agosto de 1880. O Diretor. Ivo Magno Borges da Fonseca).

Ainda, segundo o presidente José Ayres do Nascimento, “Tem, segundo affirmo a Directoria, produzido o mais satisfactorio resultado a instituição das caixas escolares, creadas pelo Regulamento n. 25 de 30 de Agosto de 1881.” (Palácio da Presidência da Província da Paraíba, 4 de Outubro de 1883). Todavia, nos aventurando em relatórios de anos subsequentes, no caso o ano de 1888, encontramos a seguinte declaração:

O sacrificio que faz esta Província, dispendendo mais da quinta parte de suas rendas, no louvavel intuito de diffundir o ensino pela população, não tem produzido todo o effeito desejado. [...] São múltiplas as causas que concorrem para esse estado de abatimento. [...] A escola convertida em um verdadeiro ganha-pão ou industria, onde refugia-se em regra a incapacidade, abastarda-se, e não produz os almejados fructos. [...] A inspecção escolar, ou pelas desaffeições e odios que d’ella podem advir, ou porque os incumbidos d’ella não sejaõ remunerados, nem sempre é exercida com severidade, sendo as vezes ate descuidada. [...] Consequentemente em materia de instrucção publica, apesar dos esforços empregados, a Provincia está ainda distanciada, como todo o paiz, do grão de prosperidade a que deve chegar. [...] A exagerada economia, com relação ao ensino primario, sobre ser clamorosa injustiça, constitue erro grave. (“Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Francisco de Paula Oliveira Borges passou a administração da Província ao Exm. Sr. Dr. Pedro Francisco Correa de Oliveira, em 9 de Agosto de 1888”).

Em linhas gerais, a instrução é utilizada nas exposições como meio redentor de se alcançar o plano mais aprimorado do educando, para utilização neste na sociedade. Sendo assim, podemos inferir a respeito dessas discussões sobre a situação da educação/instrução (pública e particular) na Paraíba Oitocentista, que também circundava pelas vias dos interesses e disputas de ordem política. Sendo assim, ora era conveniente apresentar os cofres públicos como adequados a determinadas obras; ora, isto não era possível. Como também as leituras que fizemos destes discursos nos servem para refutar as justificativas oferecidas pelos sujeitos educacionais, diante dos argumentos dados no interior das fontes aqui trabalhadas, no que diz respeito aos dados encontrados nas leis e nos relatórios provinciais.

⁵⁸ A respeito da existência do caixa escolar: “Art. 89º – Se não permitirem a visita e exames do estabelecimento aos encarregados da inspeção e fiscalização do ensino, o diretor geral determinará o fechamento do colégio ou escola por 15 dias. [...] Art. 99º – As multas que trata este regulamento serão cobradas pelo tesouro provincial e deduzidas do ordenado dos professores, e reverterão em favor da *caixa escolar*.” (Regulamento Nº 36, de 26 de junho de 1886). (grifos nossos).

Para o Ensino Primário, temos o “Regulamento Nº 36, de 26 de junho de 1886.”, em seu capítulo I, que distribuiria gratuita e anualmente aos *alunos pobres* “translados e livros devidamente aprovados.” O acesso desses alunos pobres permanece como nicho para vindouros estudos. Trouxemos essa indicação em nosso trabalho, tendo em vista a criação e proposta de utilização do “caixa escolar” para atender a esse grupo. É notória a participação dos professores e respectivamente dos inspetores que identificariam esses sujeitos, repassando os dados para a diretoria geral.⁵⁹

Por fim, acerca dos temas tratados ao longo deste capítulo, no plano das instituições educacionais podemos observar a aplicação de alguns destes elementos, como por exemplo, na apreciação das Instituições Escolares.

No Regulamento nº 7 do Colégio de Educandos e Artífices (1865-1874)⁶⁰ em seu Art. 4º, localizamos a seguinte informação: “O Colégio alimenta, veste⁶¹ e trata em suas enfermidades todos os educandos; e, além da educação moral e religiosa, ensina-lhes a ler, escrever e contar, noções de gramática nacional, música vocal e instrumental, e um ofício mecânico.” (6 de dezembro de 1865). Podemos dizer que se tratava de um esforço por parte de instituições de modelar os educandos e prepará-los para a vida em sociedade. Seria uma modelação de dentro pra fora, e vice-versa, para a formação desses educandos para suas vivências em sociedade. Até mesmo atividades consideradas de âmbito privado, como a refeição *simples, mas eficiente e salubre* e o ato de dormir, estavam sob os olhares do Diretor.⁶²

Ainda sobre este estabelecimento estava o presidente da província responsabilizado a organizar uma escola, com destino aos “órfãos desvalidos e os filhos de pais pobres que se quiserem dedicar a esse aprendizado”. E oferecendo as oficinas de

⁵⁹ Art. 120º – A caixa escolar terá por fim fornecer aos alunos pobres o que for necessário para frequentarem as escolas públicas. [...] Art. 125º – O professor por intermédio dos inspetores representará a diretoria geral sobre o número de alunos indigentes e de suas necessidades. Em vista de semelhante representação a diretoria geral providenciará sobre o fornecimento do que carecerem os alunos indigentes para frequentar as escolas. (Regulamento Nº 36, de 26 de junho de 1886).

⁶⁰ Sobre as datas de criação e organização do Colégio de Educandos e Artífices, temos a Lei nº 6, de 1 de setembro de 1859 e o Regulamento nº 7, de 6 de dezembro de 1865, respectivamente. Sobre o plano dos artefatos, os materiais destinados a estas oficinas também faziam parte do cotidiano escolar destes aprendizes.

⁶¹ Art. 36 – *Cada educando terá* três calças e três jaquetas de brim pardo, seis camisas de algodãozinho, dois pares de sapatos e seis pares de meias durante um ano para o uso ordinário dentro do Colégio, e uma calça branca, uma fardeta de pano azul claro com botões dourados, um boné do mesmo pano da fardeta e uma camisa fina para passeio. Toda a roupa será marcada com o número do educando, e conservada na vestuária a cargo do porteiro, que fornecerá a muda a cada um dia que o Diretor tiver designado. (PINHEIRO; CURY. Regulamento Nº 7 – de 6 de Dezembro de 1865). (grifos nossos)

⁶² Art. 37 – Os leitos serão em linha na sala destinada para dormitório, de sorte que o Diretor possa andar por entre eles, e observar todos os movimentos dos educandos sem os incomodar, e se for possível sem ser pressentido. No dormitório haverá sempre luz suficiente. (PINHEIRO; CURY. Regulamento Nº 7 – de 6 de Dezembro de 1865).

alfaiate/sapateiro/ferreiro/marceneiro/serralheiro/torneiro, os aprendizes teriam um *edifício próprio que tenha os cômodos necessários*.

Na análise dos pedidos para ingresso no Colégio, há a observação da existência do favorecimento político e social. Todavia, há igualmente as brechas cotidianas como um pedido de uma escrava; que apesar de não ter sido atendida, indica essa abertura em um período no qual a população estava dividida entre livres e não livres (Silva, 2012):

Cumprindo o respeitavel despacho de V. Excia. de 6 do corrente, lançado na petição, que restituo, de Lourença escrava, na qual pede para ser admittido neste Collégio seu filho menor de nome Luiz Antonio, tenho a informar a V. Excia. que avaliando em 30 educandos o numero que pode comportar este Collegio, e sendo 35 os que actualmente existem, encontra já bastantes dificuldades em sua marcha ordinaria, não só pelas acanhadas proporções do edificio, que poucos comodos offerece para conter um tão grande numero de alumnos, se não também pela verba do orçamento, que, pelas constantes e quotidianas necessidades do estabelecimento, se tem tornado bastante limitada para a sustentação de muitos collegiais, por isso não permite que seja admittido o de que trata a dita petição. (Colégio de Educandos Artífices da Paraíba, em 12 de Setembro de 1873. Ilmo. Exmo. Senrº Dor. Francisco Teixeira de Sá. D. Presidente desta Província. O Diretor Antonio de Solza Govêa).

As discussões sobre a qualidade do prédio e suas acomodações, como a quantidade de alunos que a escola suportava foram pontos que estiveram presentes durante a existência dessa instituição.

Para o plano das despesas, temos como responsáveis por elas, ora a presidência da província⁶³, ora a câmara⁶⁴, ora as instituições. O Colégio de Educandos e Artífices, por exemplo, tinha despesas que seriam assumidas tanto pela província, quanto pelo próprio colégio:

Art. 4º – Para montar o estabelecimento poderá o Presidente desprender a quantia necessária, ficando dependente desta Assembléia. (Lei nº 6 de – 1 de setembro de 1859).⁶⁵

No Colégio de Nossa Senhora das Neves, o que chama a atenção é a expressão em seu art. 38º: *uma vez somente*, quando retrata sobre o fornecimento da província em relação a materiais como a “mobília, louças, mapas e globos geográficos, um piano e mais aparelhos de estudos que

⁶³ [...] Art. 3º – O material escolar será fornecido por conta da província. (Regulamento Nº 36, de 26 de junho de 1886). Outro exemplo de despesas atribuídas aos gastos da província foi o custeio da cadeira de ensino noturno. (Lei nº 400 – de 19 de dezembro de 1870).

⁶⁴ No conjunto das leis Municipais em seu “Capítulo XV – Instrução pública”, encontramos a Lei nº 831 – de 6 de outubro de 1886, em seu art. 70, que diz: “A Câmara fará anualmente despesas de roupa, livros e utensílios com quatro meninos pobres do município, que frequentam a aula pública, sorteados na 1ª sessão ordinária do ano.”

⁶⁵ Para a oficina de música, o Colégio que deveria fornecer a matéria-prima, entre eles os instrumentos e utensílios. (Regulamento nº 7, de 6 de dezembro de 1865). Encontramos nos estudos de Lima (2008), referências aos instrumentos de sopro e uma classificação entre música marcial e música oral ou de rudimentos e solfejos.

forem requisitados pela diretora a pedido dos professores”. E se por alguma ocasião, o Colégio não funcionar mais, os materiais deveriam ser revertidos à província novamente, e a professora deslocada para o ensino feminino em outra localidade. (Lei nº 439, de 15 de dezembro de 1858).

Informamos que a escolha desses tópicos foi realizada na tentativa de se agrupar ideias, para uma melhor compreensão, não excluindo outras possibilidades de leituras, tendo em vista a abrangência e complexidade do tema aqui em questão, na discussão do *conceito* de cultura material escolar na Paraíba do Norte, como também as interconexões sob os mesmo tópicos já anteriormente citados.

Por fim, demarcamos esse capítulo com alusão à lei nº 11 – de 24 de março 1836, que notificava acerca dos livros referentes à Biblioteca instalada no Liceu Provincial da Paraíba do Norte. Estes livros deveriam ser indicados pelas relações feitas pelo Diretor e os professores. Para esta biblioteca, também encontramos a denominação de livraria.⁶⁶ No dicionário (1870), para o termo livraria, temos: “biblioteca, casa ou estante onde estão os livros dispostos methodicamente, ou mesmo sem ordem. Colleção de livros.” Passamos agora a tratar da questão da configuração dos “espaços sociais do saber” na Paraíba Oitocentista.

⁶⁶ “Há nesta Cidade hum Lycêo [...]. He elle regido pelo estatuto que lhe dei em principio de 1846, e foi depois dessa época enriquecido com uma pequena livraria para uso e consulta dos Professores, e mesmo melhor habilitação dos alumnos em algumas doutrinas.” (Exposição feita pelo tenente-coronel de engenheiros Frederico Carneiro de Campos, na qualidade de Presidente da Provincia da Parahyba do Norte, ao Exm. Vice-presidente della, no acto de passar-lhe a administração da Provincia em 16 de Março de 1850).

III Espaços sociais do saber na Paraíba do Norte

“[...] Uma biblioteca é tão necessária á educação social, como um hospital a endigencia enferma [...] Quem pede para uma biblioteca advoga a causa publica, porque o seu fim é edificar um templo, onde todas as classes possam admirar os prodigios do pensamento humano, e adorar as grandes idéas”. *Jornal da Parahyba*, no dia 15 de Abril de 1882.

Para *espaços sociais do saber*, pensamos na abordagem para além dos espaços escolares. Compreendendo a expressão “espaços escolares” como um ambiente desde a organização das aulas de primeiras letras até as construções de prédios educacionais como o Liceu, a Escola Normal, o Colégio de Educandos e Artífices, Colégio de Nossa Senhora das Neves, entre outros. Em outras palavras, espaços onde os saberes/informações eram produzidos/recebidos e disseminados, participando assim da formação social, e provavelmente na formação da “opinião pública”⁶⁷ na Paraíba do Norte.

Esses espaços escolares no conjunto da sociedade contribuíram para a formação de uma cultura educacional na província. Cultura educacional aqui entendida segundo a proposição de Pinheiro (2009), que nos diz:

Cultura educacional é uma dimensão específica e, ao mesmo tempo, abrangente do intercruzamento de saberes populares e de conhecimentos científicos que tomam como foco os aspectos relativos aos processos educacionais, sejam eles intra, extraescolares ou não escolares. (PINHEIRO, 2009, p. 109)

Por meio dos diálogos comparativos que procuramos fazer no decorrer da pesquisa com nossas bases documentais, vamos adentrando aos espaços da sociedade paraibana oitocentista, onde o ato de saber ler e escrever diferenciava os sujeitos.⁶⁸ A seguir, um quadro com dados na década de 1870, sobre o “Nível de instrução da população da Província da Paraíba do Norte”:

Homens		Mulheres	
Sabem ler e escrever	29.224	Sabem ler e escrever	11.988
Analfabetos	150.209	Analfabetos	163.279

Fonte: Recenseamento de 1872. IBGE. Apud Souza (2010).

⁶⁷ É preciso atentar para a ideia de público no século XIX, que também se estende para a compreensão de *povo e/ou cidadão/cidadania* para o mesmo período. Sendo assim, a “opinião pública” estava restrita a uma pequena parcela da população, que formava uma elite letrada. Além disso, é importante ressaltar a relação entre os índices de alfabetização para a província paraibana ao longo do período oitocentista. Em todo o Império, estava se organizando o cenário educacional, onde a maior parte da população jazia no *estado de completa ignorância*. (Exposição, 1855).

⁶⁸ [...] Art. 69º – Não poderá exercer emprego algum municipal o indivíduo que não souber ler e escrever. (Lei nº 878 – de 1º de dezembro de 1888. PINHEIRO; CURY. 2004)

Entretanto, essa diferenciação ou “capacidade” de ler e escrever não excluía totalmente o restante da população, que em dados quantitativos, segundo o censo apontado acima (1872), formava a maioria populacional; pois as notícias podiam tomar outras formas para chegar a um número maior de pessoas, como por exemplo, através da oralidade, e/ou de manuscritos. A imprensa foi um dos caminhos que permitiu uma ampla divulgação das ideias através da leitura em voz alta, por exemplo. (MOREL, 2003).

Na Paraíba do Norte, nos deparamos com um mapeamento indicador de espaços direcionados à leitura, como podemos acompanhar no quadro abaixo:

Quadro 3: Espaços destinados à leitura de livros		
Data	Periódico	Espaço
1881	<i>Jornal da Parahyba</i>	Fundação do Club Litterario e Recreativo (CLR) ⁶⁹
1882	<i>Jornal da Parahyba</i>	Fundação da Bibliotheca do Club Litterario
1884	<i>Diário da Parahyba</i>	Fundação da Biblioteca Popular

Fonte: Quadro elaborado por Peixoto (2013), mediante dados coletados nos periódicos.

Salientamos que esses espaços foram fundados e se firmaram nas décadas finais do século XIX. Entretanto, os desejos e exposições em defesa da necessidade de criação desses espaços foram identificados na documentação desde a primeira metade do século dezenove, a exemplo do que já dissemos no capítulo anterior acerca da Biblioteca do Liceu. A partir dessas informações iniciais, cuidaremos de indicar nossas leituras diante da constituição desses determinados espaços.

3.1 As Bibliotecas: Pública, Popular, Clube recreativo

A Biblioteca do Liceu

[...] É vergonhoso para a Provincia dizer-se que não possui ella uma bibliotheca, ainda que modesta. Nos tempos mesmo em que os cofres públicos regorgitavam de dinheiro, não sei porque motivo, os poderes competentes transcuraram-se de tão importante objecto. Não é só isso, o Lyceu nem ao menos tinha livros indispensáveis das matérias que n'ele se ensinam [...] de sorte que o lente, ou havia de trazel-os de sua casa, ou sujeitava-se a resolver no dia seguinte qualquer duvida, ou objecção que fosse suscitada. [...] Vê, pois, V.Exc., o que há a respeito de bibliotheca, e se não é possível possuirmos uma bibliotheca na altura em que fora para desejar, ao menos deve-se solicitar á Assembléa Provincial, dous ou trez contos de réis para adquirirem livros relativos á instrucção secundária, que é ministrada no Lyceu, e assim dar-se meios de educação aos alumnos pobres. [...] Deus guarde a V.Exc., Directoria da Instrucção Publica da Parahyba, em 16 de Agosto de 1881.

⁶⁹ Reprodução da nota de rodapé própria da publicação: Instituição fundada e financiada por particulares e aberta ao público da Parahyba, já no ano de 1881. (MIRANDA, 2012)

Illm. e Exc, Sr. Dr. Justino Ferreira Carneiro. M.D. Presidente d´esta Provincia. (Relatório do Diretor da Instrução Pública: Ivo Magno Borges da Fonseca, em 1881)

Também indicada na documentação como *Biblioteca Pública*: ela estava endereçada aos alunos e professores do Liceu. Acima, encontra-se uma das últimas referências acerca da Biblioteca do Liceu para o período em questão, e como é perceptível, algumas características importantes, tais como: o seu estado em termos de quantidade e qualidade dos materiais (livros); sua destinação para os alunos e professores da instituição; dos recursos destinados a esse fim, etc., foram questões encontradas por nós com certa regularidade e cujos problemas nos parece que fizeram parte do cotidiano escolar do Liceu - o que na opinião dos diretores da instrução pública e/ou diretores do Liceu -, acabaram interferindo negativamente no cenário da educação secundária paraibana.

A primeira alusão à criação da Biblioteca do Liceu como já dissemos, acha-se na lei nº 11, de 1836. Suas obras estiveram ao longo de um grande período, dependentes de compras realizadas pelo Diretor, na maioria das vezes não efetuadas, como também de doações de particulares. Nas falas, nos discursos, nos ofícios, nas exposições e nos relatórios de presidentes da província/diretores da instrução pública e inspetores,⁷⁰ para a Paraíba do Norte, localizamos no ano de 1838, a primeira menção à Biblioteca Pública, a saber:

[...] nenhum effeito tem produsido a vossa Lei que mandou criar h~ua Biblioteca Pública, por que estabelecendo os princípios, não proporcionastes os meios para obter o fim. He preciso que ocorraes com alguma providencia para esta obra útil, e athe necessária, attenta a falta de Livros que há n´esta Cidade, e para ajuda d´esta despesa não me parece muito fora de propósito, que os Estudantes paguem h~ua taixa, ainda que módica, no principio de cada anno á titulo de matricula. [...] Quanto ao lugar onde a Biblioteca deve ser estabelecida, eu vos lembro o Coro do Collégio, onde se achava a Secretaria do Governo; com pouca despesa, e trabalho ficará esse lugar sufficiente para este fim.
(Falla do Presidente da Província da Parahyba do Norte, Doutor Joaquim Teixeira Peixoto d´ Albuquerque na 1.ª Sessão da 2.ª Legislatura da A.L.P., no dia 24 de Junho de 1838).

Os princípios colocados com *os meios* dispersos foram as condições que perduraram durante a “vida” da Biblioteca do Liceu; e as questões referentes à falta de livros também se tornaram uma constante neste estabelecimento. Em 16 de janeiro de 1839, há a reclamação por ainda não ter se estabelecido a criação da mesma. Acerca da taxa, segundo o “Decreto da Assembléia Legislativa Provincial – 27/03/1839” se instituiu que, a compra de livros deveria ser realizada com os rendimentos das matrículas dos estudantes. Dessa forma, a destinação de recurso

⁷⁰ Informamos que para facilitar a compreensão, analisamos esses documentos tratando-os de forma geral, como Relatórios dos Presidentes de Província e/ou Diretores da Instrução Pública.

viria tanto da Fazenda Pública como também de arrecadações específicas cobradas pela instituição escolar do Liceu.

Uma década depois, mais especificamente em maio de 1847, nos defrontamos com a primeira relação das dificuldades de implantação da biblioteca com *a estreiteza dos cofres públicos*. Todavia, em 1848, uma “pequena”, *mas bem escolhida bibliotheca*, eclode nos relatórios. Dessa forma, em 1849 é exibido o catálogo das primeiras compras de livros para essa biblioteca, onde há registros de materiais vindos do Recife, Rio de Janeiro, Bahia e até mesmo do exterior (Europa).

É possível fazer um acompanhamento (com certas lacunas é evidente), porém levantamos algumas questões para o debate deste espaço - considerado pelas autoridades provinciais como útil a sociedade paraibana, tais como: os fornecimentos de livros (sua chegada e aplicação); as expectativas geradas em torno do estabelecimento para crescimento da mocidade paraibana; reclamação via diretor-presidente frente ao não atendimento de ações direcionadas à biblioteca; a funcionalidade da lei, tendo em vista que parte das matrículas nem sempre estavam atendendo ao decreto que provia a compra de livros⁷¹; por fim, enquanto “o Lyceo d’esta Cidade prossegue com regularidade em seus trabalhos lectivos”⁷² a biblioteca continua dando ínfimos passos em direção ao progresso.

E uma de nossas inquietações durante a pesquisa foi perceber que, durante os anos finais do oitocentos, mesmo entre esse espaço com grande parte da população sendo analfabeta e a biblioteca atendendo apenas aos professores e alunos, reclamava-se o fato de não existir uma biblioteca digna para os parahibanos *verdadeiramente amantes das Letras*. Desta vez, levantamos a hipótese de que nos anos finais de sua existência houve um desejo de abertura desta, em termos de acesso, mesmo que ainda restrito, à população⁷³. É notório que nesse *estado de apuros* (1846) nem sempre se destinou as verbas resguardadas para os fins de uma biblioteca, como por exemplo, as compras e manutenção de livros.

[...] É sobremodo injustificável não possuímos ainda nesta capital uma modesta bibliotheca, onde a população encontre meios fáceis de adquirir conhecimentos, de que vê-se privada em grande parte pela falta de livros, nos quaes os consiga. Entretanto qualquer pequena consignação annual na lei do orçamento provincial bastaria para facultar-nos tão útil melhoramento, por que insto e há muito se reclama. Convem fazer alguma cousa neste

⁷¹ [...] A bibliotheca d’esse estabelecimento reclama d’esta illustrada Assembléa socorro e protecção. O pequeno numero de volumes que ella encerra; [...] Lembro-vos de mandar applicar o producto das matriculas dos estudantes á aquisição dos livros mais necessarios para a bibliotheca. [...] (Relatório apresentado á A.L.P. da Parahyba do Norte pelo Vice-Presidente da mesma, o Dr. Flavio Clementino da Silva Freire, em 2 de Outubro de 1855).

⁷² Relatorio apresentado á A.L.P. da Parahyba do Norte pelo excellentissimo Vice-Presidente da mesma, o Dr. Flavio Clementino da Silva Freire, em 2 de Outubro de 1855. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1855.

⁷³ A necessidade de organização das obras e de um responsável por elas também foi almejado pela diretoria da instrução pública: “[...] sob a guarda é exclusiva responsabilidade do predito Velloso existe ali uma collecção de volumes mudos, inmueveis silenciosos até que ordenados e classificados por um bibliothecario encarregado de sua conservação e catallogo possuem ser consultados por quem for excitado pelo amor do estudo ou por simples curiosidade.” (4 de julho de 1859. Illm.º e Exm. Sr. Dr. Ambrozio Leitão da Cunha, presidente da Província. Manrique Victor de Lima - Diretor da Instrução Pública). A ideia do *público* vai ganhando novos ares.

sentido. [...] Deus Guarde á V. Exc. – Illm. e Exc.Sr. Dr. José Evaristo da Cruz Gouvêa, vice-presidente da província.
O Director. Joaquim Moreira Lima.
Annexo. N. IV.
Directoria da Instrucção Publica da Parahyba 25 de Julho de 1871

Observamos que nem sempre eram citados os nomes das obras destinadas à biblioteca⁷⁴. Em 1852, através do Regulamento de 11 de Março, a matrícula dos alunos do Liceu foi elevada a 5\$ rs; podemos dizer também que, até este ano, o papel do bibliotecário ainda não estava definido.⁷⁵ Em 1853, o “importante estabelecimento, indispensável para derramar, como convem, a instrucção entre a esperançosa mocidade Parahybana” ainda não contava com uma cota para seu enriquecimento.⁷⁶ Isto é, com as palavras do Diretor da Instrucção, Manrique Victor de Lima, apesar de ser “um objecto digno da attenção”, tem sido abandonada.⁷⁷

Os homens que citaram em seus relatórios as necessidades frente aos livros que “na maior parte velhos, truncados, roídos pela traça”, foram: o Presidente da Província, Doutor Antonio da Costa Pinto Lisboa (1856); o Vice-Presidente Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha e o Diretor da Instrucção Pública Manrique Victor de Lima (1857); o Presidente Henrique de Beaurepaire Rohan (1858); o Presidente Dr. Ambrozio Leitão da Cunha e o Diretor da Instrucção Pública Manrique Lima (1859); o Diretor da Instrucção Pública Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque (1861); o Presidente Francisco Araujo Lima (1863); o Diretor interino Padre João do Rego Moura (1867); o Diretor Joaquim Moreira Lima (1871); e o Diretor Ivo Magno Borges da Fonseca (1881). Seja pela conservação dos discursos ou pela real necessidade dos problemas frente às precisões dessa biblioteca, o fato é que mesmo quando não havia outras observações acerca do ensino secundário, as “fontes preciosas para beber larga instrucção”, ou seja, os livros eram sempre mencionados. A seguir, um quadro elaborado acerca das quantidades de obras empregadas à Biblioteca do Liceu.

⁷⁴ “[...] Fiz hum novo fornecimento de livros escolhidos para a Bibliotheca do Lycêo, que já mandei collocar há poucos dias [...]” (Exposição feita pelo Presidente da Provincia da Parahyba do Norte João Antonio de Vasconcellos, ao Presidente della Sr. Coronel José Vicente de Amorim Bizerra, no ato de passar-lhe a administração da mesma, em 23 de Janeiro de 1850).

⁷⁵ “[...] Uma grande contrariedade, com que luta a intelligencia nesta Provincia, á a falta absoluta de livros, aonde possa encontrar idéas novas e uteis. Uma bibliotheca publica moveria em grande parte esse embarço. Pelo novo Regulamento de 11 de Março a matricula dos alumnos do Lyceo foi elevada á 5\$rs. Podereis decretar, senão toda, ao menos a maior parte dessa renda para a compra de livros. A bibliotheca pode ser confiada ao cuidado do Director e mais empregados do Lyceo. (Relatório apresentado a A. L.P. da Parahyba do Norte pelo Presidente da Província o Dr. Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque, em 3 de Maio de 1852).

⁷⁶ Exposição feita pelo Dr. Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque na qualidade de Presidente da Província da Parahyba do Norte no ato de passar a administração ao segundo Vice-Presidente, o excellentissimo Senhor Doutor Flavio Clementino da Silva Freire, em 29 de Abril de 1853.

⁷⁷ Relatório da Instrucção Pública, 2 de Março de 1853.

Quadro 4: Volumes de livros destinados à Biblioteca do Liceu através dos relatórios, discursos, falas, ofícios e exposições da Paraíba Imperial (1837-1889)		
Ano	Quantidade	Observações
1838 - 1848	As referências anteriores são de reclamações da falta de livros, ou de compras ou doações isoladas sem referenciar diretamente as quantidades.	-
1849	“alguns deles forão comprados no Recife, e já se achão collocados em seu lugar em numero de 37”	Em o 1.º de Agosto de 1849. O Documento fala de outras localidades como RJ e BA. Mas não refere às quantidades. Relatório apresentado a A.L.P. da Parahyba do Norte pelo presidente da Província, João Antonio de Vasconcellos
1853	93 volumes	Em 19 de Fev. de 1853, a Secretaria da INSTRUÇÃO PÚBLICA da Parahyba publicou uma relação com o nome dos títulos das obras e dos autores.
1855	“Existe um começo de livraria, que conta apenas 93 volumes em compendios das differentes aulas, Diccionarios, algumas obras philosophicas, e nada mais.”	Em 26 de Janeiro de 1855. Manrique Victor de Lima - Diretor da Instrução Pública. Conforme Lindolfo José Corrêa das Neves – Secretario
	“coisa de 100 volumes e nisto ficou de sorte que, ha mais de 4 annos, desde então até hoje que não tem feito aquisição d’hum só volume”.	Em 18 de julho de 1855. Manrique Victor de Lima - Diretor da I. P. ^a
	“pequeno numero de volumes que ella encerra”	Em 2 de Outubro de 1855. Relatório apresentado á A.L.P. da Parahyba do Norte pelo Vice-Presidente, o Dr. Flavio Clementino da Silva Freire.
1856	“Cousa de cem volumes ou pouco menos é o que existe na livraria do Lycêo em compendios, diccionarios e alguns expositores de philosophia”	Manrique Victor de Lima - Diretor da Instrução Publica.
1858	“A bibliotheca do lyceu conta apenas 93 volumes. Desejando dar mais desenvolvimento a esta livraria, promovi uma subscrição, e já se contão 607 volumes doados (...). Alem destes, tenho tambem ajustado a compra de mais 324 volumes, (...). Vem pois a ter (...) o total de 1:024 volumes, o que não deixa de ser satisfactorio.”	Em 20 de Setembro de 1858. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província da Parahyba do Norte, pelo Presidente Henrique de Beaurepaire Rohan.
1859	“A Biblioteca publica, cuja fundação promovi, conta actualmente com 1010 volumes de obras literarias a saber 686, que forão doadas por diversas	Em 4 de Junho de 1859. Henrique de Beaurepaire Rohan.

	<p>“Existem em uma sala do Lyceo 1:010 volumes: 680 doados por diversas pessoas, e 324 mandados comprar por meu antecessor com a idéa de montar uma bibliotheca publica, cuja utilidade que é sempre patente o é ainda mais nesta cidade onde não existem nem livrarias nem gabinetes de leitura á disposição das pessoas que desejam instruir-se.”</p>	Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Parahyba do Norte pelo Presidente da Província, o Dr. Ambrozio Leitão da Cunha, em 2 de Agosto de 1859.
1861	“collecção de mil e tantos volumes, na maior parte velhos, truncados, roídos pela traça”	Em 1 de Março de 1861, Relatório da Diretoria da Instrução Pública da Parahyba.
1867	1000 volumes: “converia destes isolar os que se achão em perfeito estado de conservação, á fim de que não venhão os bons a ficar inutilizados”	Em 28 de Junho de 1867. Diretoria da Instrução Pública da Parahyba.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, mediante dados coletados através do link: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>>

Alertamos que não colocamos neste quadro referências frente aos volumes das décadas seguintes, tendo em vista não ser demonstrada através dos relatórios a quantidade dos mesmos. Por meio dos dados acima ressaltamos mais uma vez, que os problemas frente à questão dos materiais não se tratavam apenas dos aspectos quantitativos, mas também dos qualitativos e de seu processo de manutenção.

E a respeito da ideia de que as bibliotecas procuraram ampliar o acesso a outros níveis e camadas sociais, pensamos nesta possibilidade desde o momento em que se retém a ideia de um espaço público e agora *nacional*, com fins de utilidade para a instrução das primeiras letras:

“[...] e eu vos encareço, a necessidade de votardes um credito qualquer para criação de uma pequena bibliotheca nacional, em que se achem os livros e modelos do ensino primario e secundario, e que sirvão para os exames, e trabalhos do Lyceo e da Secretaria. [...]”⁷⁸

A Biblioteca Popular

Para além das ideias de *instrução popular* e *educação popular*, afirmamos que, até o momento, não encontramos nenhuma menção à Biblioteca Popular na chamada documentação oficial, nem nos relatórios, nem nas leis e regulamentos da instrução pública para a Paraíba

⁷⁸ Palácio do Governo da Parahyba, em 1º de Outubro de 1863. Presidente Francisco de Araujo Lima.

Imperial. Dessa forma, foi possível mapear alguns de seus movimentos através dos jornais paraibanos (*Diário da Parahyba* - 1884/1885, *Jornal da Paraíba* – 1887 e *Gazeta da Paraíba* - 1888), a saber: as obras “ou donativos” que eram ofertadas a este estabelecimento pelos *distinctos e illustres* Srs, amantes do “desenvolvimento social”; os volumes saídos, devolvidos e obras consultadas; o número de visitas ao estabelecimento; seus dias de funcionamento; a divulgação da Biblioteca em outros jornais;⁷⁹ a existência de um regulamento para essa organização; entre outros.

Em 22 de maio de 1884, a Biblioteca Popular divulga no *Diario da Parahyba* que conta com “seiscentos e muitos volumes”, e nesta notícia se faz referência a extinta *sociedade escholastica “Luz e Progresso”*. Não possuímos informações acerca desta última sociedade. Especulamos que esta pode também ter sido um dos espaços do saber que atuou no cenário paraibano oitocentista.

Acerca das doações de livros a estas bibliotecas confidenciamos que muitas vezes não fica claro se os nomes relacionados às obras são dos autores ou dos concessores⁸⁰; porém consideramos que, em sua maioria tratava-se dos “ilustres doadores”. Em outros casos, encontramos o nome do autor na obra, ou seja, o “doador-autor”. Abaixo, uma lista organizada para observação das obras que circularam nesta Biblioteca Popular na década de 1880, de acordo com os jornais citados anteriormente:

Quadro 5: Obras destinadas à Biblioteca Popular nos Jornais Paraibanos (1884-1888)				
Jornal	Ano	Título da Notícia	Obras/Livros	Concessor
Diario da Parahyba	10 de Abril de 1884	Bibliotheca Popular	O Character e Discursos Parlamentares do Conselheiro José Bonifacio de Andrade e Silva	Jorge Cooper
			Flos Sanctorum, Aventuras de Terra e Mar, Vida do Duque de Caxias, Historia de Carlos XII, Collecção de Poesias de <i>Gonçalves Dias</i>	Adolpho Eugenio Soares
			Os Selvagens, Um capitão de 15 annos, Armas e Letras, Sensualidade e amor, A Irmã Anna	Antonio de Azevedo Maia
			Jezu-Christo, por <i>Luiz Venillot</i>	José Joaquim dos Santos Lima
			O Piano de Clara, A segunda vida, Noites amenas de Escrich	Antonio Pires Ferreira
			Memorias do Sobrinho de meu Tio	Joaquim Emiygdio
			Galerias de Homens Celebres e Vinte mil legoas submarina	Manoel Henriques de Sá
			Uma Cidade Fluctuante, A Engeitada, O dever, Angelo e Ada	Manoel Pereira da Cunha

⁷⁹ O *Diario da Parahyba* em 22 de fevereiro de 1885, cita o jornal *O Guarani* da província de Aracaju, destacando a referência feita à Biblioteca Popular, com as seguintes palavras: “Pela marcha, que leva essa importante instituição, acreditamos que, em poucos annos, será contada no catalogo das grandes bibliothecas. Fazemos votos para que assim seja.”

⁸⁰ Para os nomes que acreditamos serem os autores colocamo-los em *itálico*.

Diario da Parahyba	15 de Abril de 1884	Bibliotheca Popular	Exm. Sr. Dr. Manoel Carlos de Gouveia	-
			Balanço de receitas e despesas do Imperio do Brazil de 1875-1876-1880-1881	-
			Relatorios apresentados á Assembléa Geral Legislativa de 1878 e 1882	-
			Annaes do parlamento da Assembléa Geral (13 VOLUMES)	-
			A cidade de Pelotas	-
			Estatutos do Commercio Maritimo do Brazil	-
			Congresso Agricola do Recife	-
			Rio de S. Francisco e Estrada de Ferro de <i>Paulo Afonso</i>	-
			Serviço Portal na Bahia	-
			A Universidade e Immigração Chinezta	-
			_____ e Relatorio da Secca do Ceará em 1887	-
			Codigo Penal Militar	-
			Estudos sobre o credito Commercial do Brazil	-
			Discursos de Cezar Zama	-
			Discursos Escragnoille Taunay	-
			Discursos de Joaquim Tavares	-
			Relatorio d'Assembléa Geral	-
			Questão de Privilegio	-
			Almanach de New-York	-
			Thezes para o doutorado de Medicina por <i>Clementino A. da Silveira Ramos</i>	-
			Reforma Administrativa de Antonio Siqueira	-
			Guia para os Visitantes do Rio de Janeiro	-
			A Baroneza do Amor	-
			Histoired de la Revolution Française	-
			Economia Politique, por <i>Garnier</i>	-
			Fable de la Fontaine, pelo Sr. Joaquim Pires Ferreira	-
Teatre por George Sand	-			
La Maisen Nucigen	-			
O Crime Pitcaien	-			
Dicionario Portuguez e Inglez Inglez e Portuguez	Rodopiano Padilha			
Diario da Parahyba	18 de Abril de 1884	Seção: Miscellanea / Bibliotheca popular	O Lavrador Pratico de canna de assucar	Adolpho Balthar
			Selecta Latina Sermonis, Liberte Civile, A Roys Adventires, Ad Serenissimun	Thomaz Domingues dos Santos
			Resumea Historico de la Revol de Mexico	-
			Por que Somos Catholicos Romanos?	-
			Algumas idéas sobre o chamado fundamento do decreto de Punir	-
			A escrava Isaura	-

			Breve Leituras sobre as sciencias	-
Diario da Parahyba	23 de Abril de 1884	Bibliotheca Popular	La cuisiniere de la Campagne, Bulletin de la société française de photographia, Recordações do anno de 1842, Direito Civil de Portugal	Manoel Gomes Ferreira Junior
			Uma Colleção do <<Industrial>>	Manoel Pereira da Cunha
			A menina bonita do arrebalde, O amor que acaba e o amor que começa, O direito ao alcance de todos	Antonio Justino Pereira da Silva
			Bahia, Os filhos do negociante, A botânica applicada no Brazil	José Pereira das Neves
			Lima Penante, Treis Lyras, Os diffamadores, Sonhos de Moço, Nobreza, Benção Materna, Abel, Helena.	-
			A filha de Maria Angú, O Malho, Theatro de Lima Penante, O Rio Tapajóz, Espumas Flutuantes, Festejos Patrioticos em Manãos, Pragas do Pará, Entre a Espanha e o Japão, Um concerto de Rabeca e Realejo, Fui ao Recife, A Morgadinha de Val-Flor, Hiras de Humor, Nuvem por Juno. ⁸¹	-
Diario da Parahyba	27 de Abril de 1884	Bibliotheca Popular	Decenario de Castro Alves, A Benção Materna, Teatro de José Lima Penante,	José de Lima Penante
			Codigo do Processo Criminal, J. Ramos	Felix de Belli
			As verdades Fundamentaes do Christianismo	João Baptista de Lima
Diario da Parahyba	10 de Maio de 1884	Bibliotheca Popular e exames preparatorios	Biblia Sagrada	D. Eudocia Hygina Soares de Medeiros
			Novo Testamento	Manoel Maria do Rego
			Dessertação Phylosophica e Elementos de Euclides	Feliciano da Cunha Cirne
Diario da Parahyba	14 de Maio de 1884	Bibliotheca Popular	Goivos da Aldêa, Inspirações Poeticas, Duas Epochas na vida, Systema Geral de instrucção Portugiefifche Sprachlehre	Fernando C. de Araujo
			Vinte mil leguas submarinas, Codigo do Processo, Diccionario Geographico do Brazil, Beautés de Chateaubriand, Codigo Commercial	Victorino Maia
			Contemporaneo (1 vol. encadernado), a Vida militar por <i>E. de Amicis</i> , Os Luziadas por <i>Oliveira Martins</i> , Diccionario inglez, Revista de Estudos Livres, Rozas loucas por <i>C. Ferreira</i> , Como um sonho por <i>Barreli</i> , Almanack da Gazeta de Noticias, Novellas por <i>G. Verga</i> , Espumas Fluctuantes por <i>Castro Alves</i> , A	F. Godinho Cunha

⁸¹ “[...] e mais diversos folhetos, materias differentes”.

			Cidade do vicio por <i>Fialho de Almeida</i> , Contos _____, Homem indispensável por <i>J. L. Pinto</i> , Philosophia Positiva de <i>F. Bastos</i> .	
			Genio do Christianismo de <i>Chateaubriand</i> , O Methodo de Ahn em portuguez para a lingua francesa de <i>Grosshobetha</i> , Estatuto da Sociedade particular Santa Cruz, Alguns fasciculos (da Revista Ideia, dos Estudos allemães de <i>Fabio Barreto</i>), Questao academica em 1871, Os Jezuitas pelo <i>Dr. Godenez</i> , Estrada de ferro de Mossoró, Da Videira, Estatutos da Associação brasileira de aclimação, Instrucções da Associação de aclimação, Mappa do Sul do Imperio, Relatorio do Monte Pio de Economia dos Servidores do Estado.	Rufino Olavo Junior
Diario da Parahyba	15 de Maio de 1884	Bibliotheca Popular	Os misterios de Pariz	Antonio Jeronymo Monteiro
			Historia de Litteratura Portugueza, Theatro Portuguez	José Cordeiro de Albuquerque
			Libertador, A Jangada ⁸²	Vicente do Rego Toscano de Brito
			Dictionary of the english language, Petit cours de literature française, Ornement de memoire	Francisco Ferreira da Silva Machado
			Traços Biographicos de <i>Fr. Francisco das Chagas</i>	José Gomes de Araujo Quintella
Diario da Parahyba	16 de Maio de 1884	Seção: Noticiario / Bibliotheca Popular	Mappa da Europa/França/dos dois hemispherios do globo terrestre, Alvas do Imperio do Brazil, Viagem na Africa por <i>H. Campello</i> e <i>R. Ivens</i> , Como Eu Atravessei Africa por <i>Serpa Pinto</i> , Obras Completas de Buffon, Historia de Portugal por <i>A. Herculano</i> , Mysterios de Pariz por <i>E. Sue</i> , Cartas Selectas do Padre Antonio Vieira, Diccionario Francez-Hespanhol/Hespanhol-Francez.	Antonio de Souza Carvalho
			Diccionario de Fabula	Francisco Ferreira da Silva Machado
Diario da Parahyba	17 de Maio de 1884	Seção: Noticiario / Bibliotheca Popular	Fabulas por <i>Joaquim José Teixeira</i>	Antonio Jeronymo Monteiro
			Methodo de escripturar os Livros	Candido Jayme d'Almeida Seixas
			André – O Sabyano	Manoel Pereira da Cunha
			Cem mil Francos de Recompensa, O Juramento dos Homens Vermelhos, Cavalheiro Negro, Os Subterraneos de Rouquey, Amphiguris, Os	Jacintho Pedro de Mello

⁸² Na notícia há indicação que as obras se referem ao movimento abolicionista e comemoração da emancipação, ambos no Ceará, respectivamente.

			deserdados, Os Filhos Perdidos	
Diario da Parahyba	20 de Maio de 1884	Bibliotheca popular e bibliotheca do club litterario e recreativo	Os Mysterios de Pariz, Os Luziadas, A Igreja Romana, A mulher Adultera, A Chave de Ouro, Noutes com Romanistas, Da Terra á Lua Resumo de Algebra	Antonio Garcia de Castro Feliciano da Cunha Cirne
Jornal da Parahyba	04 de Dezembro de 1886	Seção: Noticias diversas / Bibliotheca	Diccionario do Dr. Domingues Vieira ⁸³	José Ferreira da Silva
Jornal da Parahyba	18 de Março de 1887	Seção: Noticias diversas / Bibliotheca Popular	Anti-Christo e O Herege de <i>Gomes Leal</i> , Volcoens de Lama e Narcoticos de <i>Camillo Castello Branco</i> , Historias da Montanha de <i>Monteiro Ramalho</i> , Os Noivos de Teixeira de <i>Queiroz</i> , <i>ChildHarold de Byron</i> , Germinal de <i>Zola</i> , Processo Marinha de <i>C. B.</i> , Estilhaços de <i>Martins Junior</i> , Nem Deus nem Diabo de <i>C. Junior</i> , Corcota de <i>Arthur Azevedo</i> , Avatar de <i>T. Gauthier</i> , Rozas Pallidas de <i>P. Maia</i> e (1 anno da revista) Ilustração	Alexandre de Faria Godinho
Gazeta da Parahyba	03 de Novembro de 1888	Bibliotheca Popular	Historia do Bom Pastor, Leituras para as Escolas, Maria Joanna, O Peregrino, Uma Vida Espinhosa, Historia de Magdalena, Glauca, a Escrava Grega	-

Fonte: Quadro elaborado pela autora, mediante dados coletados através dos periódicos *Diário da Parahyba*, *Jornal da Parahyba* e *Gazeta da Parahyba*.

Outras características gerais são: a existência de doações de obras que se repetem por diferentes doadores; há obras que se referem a outras províncias; além de livros, há também exemplares de revistas e jornais; há igualmente indicações geralmente entre parênteses após algumas obras, tais como: poesia, romance, memória, *coleção*, traduções, etc.

Através dos títulos das obras percebemos a ampliação do consumo de ideias que escapavam aos ideais da doutrina católica e a contínua e forte presença de livros estrangeiros indicando considerável circulação de ideias na província paraibana.

O Club Litterario e Recreativo

⁸³ Nesta mesma data, recebeu também das “redações os seguintes jornaes: *La Union*, *Le Brésil*, *A Immigração*, *Diario Mercantil*, *O Conservador*, *Reformador*, *O Baependyano*, *Aurora Barramansense*, *Município de S. Anna*, *Constituição*, *Cearnense*, *O Iris*, *La Voce del Popolo*, *A Verdade*, *Vassourense*, e todos os desta capital.” Praticamente, quase todos os periódicos são referenciados mais uma vez (com exceção dos quatro últimos), no *Jornal Gazeta da Paraíba*, vol. I, no dia 03 de Novembro de 1888: acrescentando-se os jornais *Diario da Parahyba*, *Liberal Parahybano*, *Jornal da Parahyba* e o próprio *Gazeta da Parahyba*.

Assim como a Biblioteca Popular, o espaço do Club Litterario e Recreativo localizado na casa n. 63, da Rua *Barão da Passagem*, foi encontrado na documentação, através dos periódicos da época, entre eles: o *Jornal da Parahyba* (1881-1882), o *Diario da Parahyba* (1884) e *O Publicador* (1884). As notícias relacionadas a essa “sociedade fundada para um utilissimo fim” dialogam com alguns registros, tais como: colocação de suas atas; convite aos sócios para comparecimento nas reuniões ou *soirée*⁸⁴; horário de funcionamento; contato com outras instituições⁸⁵ e recebimento de obras; discussões sobre sua importância, continuidade e/ou dissolução. E acerca do momento final do Club Litterario, localizamos propostas de reutilização de seus móveis e objetos das seguintes formas: a realização de um leilão destes materiais; a indicação de destinar a biblioteca do Club⁸⁶ para constituição da biblioteca da Escola Normal; como também o repasse à Loja Maçônica *Perseverança e Lealdade*.⁸⁷

No *Jornal da Parahyba*, em 22 de Abril de 1882, deparamo-nos com doações de livros a esta sociedade, porém não se fazia menção às obras ofertadas. Na notícia em questão foi ressaltada a parceria da imprensa com este tipo de organização, tendo em vista que o mesmo jornal havia se “encarregado de historiar” em suas colunas “a marcha compassada d’essa grandiosa tentativa [...] que busca a emancipação do espírito pelo desenvolvimento intellectual”. Organizamos o quadro a respeito dos responsáveis pelas atividades desse estabelecimento:

Quadro 6: Diretoria do Club Litterario e Recreativo da Paraíba Imperial (1881-1885)					
Jornal	Ano	Diretoria	Presidentes	Secretários	Tesoureiros
<i>Jornal da Parahyba</i>	Maio de 1881	-	-	1º Francisco Ferreira da Silva Machado	-
<i>Jornal da Parahyba</i>	Abril de 1882	-	José Teixeira de Souza Leite Vice: (Major) José Francisco de Moura	1º Fernando Coêlho d’Araujo 2º Francisco Ferreira Machado	José Joaquim Ferreira Barboza
<i>Diario da Parahyba</i>	Fevereiro de 1885	Antonio Bernadino dos Santos	Antonio da Silva Pires Ferreira Vice: Francisco da S. Oliveira	1º Affonso Norat 2º Antonio Azevedo Maia	José Antonio de Azevedo Silva e Tharcicio Pereira R. Braga

Fonte: Quadro elaborado pela autora, mediante dados coletados através dos periódicos paraibanos: *Jornal da Parahyba* e *Diario da Parahyba* de 1881, 1882 e 1885.

⁸⁴ O problema de frequência dos sócios as reuniões são relatadas desde o ano de sua fundação (1881).

⁸⁵ A biblioteca do Club Litterario e Recreativo recebeu do Atheneu Polytechnico alguns exemplares do primeiro volume do *Jornal Revista Polytechnica*, dessa mesma sociedade.

⁸⁶ A indicação de criação da biblioteca do Club Litterário e Recreativo foi anunciado no *Jornal da Parahyba*, no dia 15 de Abril de 1882.

⁸⁷ A efetivação da transferência desses materiais a alguma dessas instituições ainda não foi assegurada pela documentação.

Percebemos que ao longo de cinco anos, o referido clube foi regido por diferentes homens da sociedade paraibana. Não temos maiores dados acerca dos períodos e/ou eleições para distribuição desses cargos. A biblioteca do Club Litterario e Recreativo criada em 1882, foi apresentada como um “germen de liberdade”. Declaramos igualmente que não reconhecemos a localização exata desta biblioteca. Afirmamos assim, até o momento, que a mesma funcionou no mesmo ambiente do clube e também não encontramos informações acerca da presença de um bibliotecário.

O Publicador, em 19 de Julho de 1884, difunde uma nota sobre uma doação do Atheneu Polythechnico, datada de 10 de Abril de 1883, em nome de Antonio Thomaz Carneiro da Cunha Junior, onde o mesmo afirma que: “[...] a biblioteca é uma fonte de estudo, um meio de tornal-o atrahente, é em somma o vehiculo mais efficaz para a diffusão da instrução”. Apreendemos assim, que os discursos sobre os espaços como as bibliotecas sempre foram recheados de suma importância social com vistas a um futuro pomposo; contudo, o emprego deste estabelecimento era demasiadamente custoso.

No mês de abril de 1885, de acordo com o *Diário da Parahyba*, o Club Litterario percorria como “um cadaver a mortalhado, tendo por jazigo as frias parêdes d’um immundo pardieiro”. Fazia-se menção a 2.000 volumes que se encontravam “empoeirados, cobertos de mofo, cheios de traça e atirados talvez ao chão, tudo em quasi completo abandono”. Neste caso, não bastaria apenas à existência dos materiais, como as obras citadas, era preciso atender os anseios de sua utilização e manutenção, que estavam entregues ao descaso.

Em maio de 1885, ainda no *Diário da Parahyba* tivemos acesso a uma das únicas listas sobre o recebimento de obras para esta biblioteca do club, que continha a seguinte relação: Irmão e Marido; Drouineau; O Novo Testamento; O Poeta da Rainha, *Almanack Brasileiro Illustrado de 1880 e 1882*; João de Thommeray; Folhetins de um Marinheiro; Coração e Genio; L’Homme de la Nature; Poesias Selectas. Como também os seguintes jornais: *Gazeta de Alegrete, Arauto de Minas, Correio de S. José, Colomo, Itiberé, Monitor Uberabense, Tribuna do Norte, Jornal de Noticias, Echo Liberal, Jornal de Sergipe, Diario do Brazil, A Patria, Aurora Escosseza, The Rio News, Diario de Pernambuco e A Tribuna*.⁸⁸

⁸⁸ Nesta publicação não se traz outros pareceres acerca destes jornais, com exceção do *Aurora Escosseza*, que segundo o jornal é do órgão maçônico.

No Jornal *Gazeta da Paraíba*, em 21 de Dezembro de 1888, é mencionado o *Club Amigos do A. B. C.*, na povoação de Santa Rita, que oferecia aulas noturnas. Essa referência é importante para compreender a ideia da abrangência da expressão clube, no século XIX.⁸⁹

Como acompanhamos ao longo deste trabalho, os espaços do Club Litterario e Recreativo e de sua biblioteca estavam seguidos de dependências de ordens políticas, econômicas e culturais - seja pela participação (ou não) de seus sócios, seja pela ausência provincial, seja pelo distanciamento da população.

3.2 Espaços de venda: Tipografia(s) e Livrarias

O espaço da tipografia e/ou da redação foi um local de saber e de poder (de compra), onde se vendiam diversos artigos e produtos além de livros e jornais, entre eles: tecidos, louças, materiais de construção, etc. Um espaço onde se poderia manter contato diretamente com os agentes da imprensa. Os impressos também poderiam ser vendidos em boticas (farmácias) e/ou livrarias. E todo esse movimento comercial influía no mundo político e educacional, tendo em vista a comercialização de jornais considerados de oposição - seja direta ou indiretamente (MOREL, 2003). Espaços estes que poderiam conter os livros considerados adequados ou não para a instrução primária e/ou secundária.

Nos títulos dos relatórios dos presidentes e diretores da instrução pública ao longo do século XIX nos deparamos com expressões que possivelmente indicariam os locais de publicação desses documentos. E acerca disto, fizemos um quadro para averiguação destes espaços para prováveis leituras, além das datas e/ou dos nomes:

Quadro 7: Expressões, locais e datações das referências de tipografias encontradas nos relatórios, discursos, falas, ofícios e exposições da Paraíba Imperial (1837-1889)			
Quant.	Local	Nome da Tipografia	Ano(s)⁹⁰
1	Pernambuco	Tip. de M. F. de Faria	1839, 1842, 1843, 1844.
2	Pernambuco	Typ. Imparcial de L.I.R. Roma	1841.
3	Pernambuco	Typ. de Santos & Companhia	1845.
4	Pernambuco	Typ. Imparcial	1846, 1847, 1848.
5	Parahyba	Typ. de José Rodrigues da Costa	1849, 1850, 1853, 1854, 1855, 1857, 1859, 1860, 1861, 1862, 1864.
6	Parahyba	Typ. Parahybana.	(no cabeçalho do documento não se faz

⁸⁹ No dicionário do XIX (1890), *club* significa: “Junta, sociedade de pessoas que concorrem a um logar certo para conversação, jogo, dança, etc.; assembléa.”

⁹⁰ Nem todos os anos indicados contêm referências sobre os espaços que examinamos aqui.

			menção ao ano, mas o documento é de 1863).
7	Parahyba Parahyba do Norte*	Typ. Liberal Parahybana	1864, 1865, 1866, 1867, 1878*.
8	Parahyba	Typ. dos herdeiros de J.R. da Costa	1868, 1873.
9	Parahyba	Typ. Conservadora	1870, 1871, 1872.
10	Parahyba Parahyba do Norte*	Typ. do Jornal da Parahyba	1874, 1875, 1876, 1887*.
11	Parahyba do Norte	Typ. do "Liberal Paraibano"	1882.
12	Parahyba	Typ. do Commercio	1882, 1883.
13	Parahyba Parahyba do Norte*	Typ. Liberal	1884, 1886*.
14	Parahyba	Typ. 'O Pelicano de J. Seixas	1889.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, mediante dados coletados através do link: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>>

Encontramos nomes de tipografias que se repetiam nos documentos elencados, porém não sabemos, até o momento, como se deram os seus limites e suas relações; como também havia documentos que não faziam menções às tipografias. Acompanhar os nomes das tipografias, permitem que o pesquisador perceba as possíveis permanências (sobrenomes, de pai para filhos), e a presença das organizações políticas partidárias e dos vínculos com os jornais da época.

Em relação aos movimentos entre a província paraibana e a corte, localizamos as tipografias cariocas e seus prováveis anos de criação⁹¹, que foram: *Typographia Americana* de José Soares Pinho (1856); *Typographia de Domingos Luiz dos Santos* (1864); *Typographia Imparcial* de Paula Brito (?); *Typographia Hildebrandt* (1873); *Typographia H. Lombaerts & C.* (1848); *Typographia Pimenta de Mello & Cia.* (1843); *Typographia Universal* de Laemmert (1838); *Typographia de C. A. de Mello* (1865); *Typographia Cosmopolita* (1876); *Typographia Economica* (1858); *Typographia Imparcial* de Silva Junior (1856); *Typographia de Quirino & Irmão* (1860); *Typografia Perseverança* (1872).⁹² Algumas características acerca destas tipografias, em linhas gerais, cercam a ideia da imparcialidade do século XIX; o termo *Economica* que também foi denominação de livraria na Paraíba do Norte; a forte presença estrangeira; a constante de alteração dos nomes e endereços; entre outros. No Município da Corte, boa parte das tipografias “sobreviveu” e permaneceu no período republicano.

Para a Paraíba Oitocentista, Peixoto (2013), traz a tona algumas tipografias nas décadas finais do XIX. Cabe aqui ressaltar que a maior parte dos livros adotados eram importados, ou seja, vinham do exterior, como os frequentes livros franceses ou vinham de outras províncias como Pernambuco, Maranhão, Rio de Janeiro.

⁹¹ Os anos subsequentes são as primeiras referências de cada tipografia citada, de acordo com a fonte indicada.

⁹² Fonte: <<http://bndigital.bn.br/projetos/periodicoseliteratura/Tipografias.html>>

Quadro 8 ¹ : Espaços destinados à venda de livros, compêndios e artefatos escolares ⁹³				
1884	<i>O Publicador</i>	Anúncios	<i>Typographia</i>	<i>Systema metrico; taboada; carta de syllabas; traslado de abc; traslado da terra verde; letras.</i>
1885	<i>O Publicador</i>	Anúncios	<i>Typographia dos Herdeiros de José Rodrigues da Costa</i>	<i>Taboada, vende-se n' esta typographia</i>
1885	<i>Diário da Parahyba</i>	Anúncios	<i>Typographia</i> ⁹⁴	<i>Nesta typographia se dirá que vende 1 compendio de historia de <<Daniel>> e 1 de Philosophia do << Dr. José Soriano>> e mais alguns, todos de acordo com o novo programa e em bom estado.</i>

Fonte: Fragmento de quadro elaborado por Peixoto (2013), mediante dados coletados nos periódicos.

A partir desses dados, é possível fazer comparações com outros espaços de venda em outras províncias em estudos futuros. Ganhando assim maior apreensão acerca do processo de circulação de artefatos, como também de ideias através de análises de conteúdo desses materiais.

Partindo para o plano acerca das Livrarias destacamos a seguinte citação:

[...] a necessidade que teem os Professores de acompanharem e porem-se em dia com o progresso das sciencias que leccionão, unida á falta que ha de livrarias n' esta Capital, vos recommendão a adopção de qualquer alvitre a fim de ser pouco a pouco e insensivelmente para o cofre provincial provida, como convém, essa necessidade em um estabelecimento desta ordem.

(Relatorio apresentado á A.L.P. da Parahyba do Norte pelo Vice-Presidente da mesma, o Dr. Flavio Clementino da Silva Freire, em 2 de Outubro de 1855. Parahyba).

Definir o termo livraria no século XIX é um dos primeiros passos para se compreender a influência desse espaço na sociedade paraibana oitocentista.⁹⁵ É preciso ressaltar sua relação com outros espaços e/ou expressões como as boticas, o bazar, as lojas e também casa, no sentido comercial.

A citação acima do ano de 1855 adverte sobre a falta de espaços como a livraria associa amplamente este fator às condições colocadas para a instrução pública. Como já anunciamos no capítulo anterior, a compra de livros para a educação paraibana, viria na maioria das vezes, de fora

⁹³ O quadro em seu formato completo encontra-se no anexo 1 deste trabalho.

⁹⁴ Reprodução da nota de rodapé própria da publicação: A única referência feita ao local é a de que lá se encontravam os respectivos materiais “nesta typographia” (*Diário da Parahyba*, 1884), ou seja, não conseguimos identificar o nome do espaço de venda.

⁹⁵ No dicionário do XIX (1890), o termo *livraria* significa: “Biblioteca, casa ou estante, onde estão os livros dispostos methodicamente, ou mesmo sem ordem. Collecção de livros. Estabelecimento. Loja de livreiro.”

da província. No quadro abaixo podemos apreender acerca dos espaços de venda na Paraíba do Norte, a saber:

Quadro 8 ² : Espaços destinados à venda de livros, compêndios e artefatos escolares ⁹⁶				
1858	<i>A Imprensa</i>	Anúncios	<i>livraria academica dos Srs. Miranda & Vasconcellos</i>	“[...] <i>As minhas theses impressas para este concurso mallogrado distribuem-se na livraria [...]</i> .” ⁹⁷ (grifos nossos)
1879	<i>A União Liberal</i>	Anúncios	<i>Livraria Economica</i>	<i>LIVROS em portuguez, francez e inglez. Literatura, Viagens, Romances e Poezias. [...] Tudo quanto diz respeito á EDUCAÇÃO PRIMARIA E SECUNDARIA.</i>
1889	<i>Gazeta da Parahyba</i>	Anúncios	<i>Livraria Arantes</i>	<i>Instrução Primaria: todos os compendios adoptados nas aulas publicas;</i> Anúncio de outros livros, como: <i>EÇA DE QUEIROZ, Os Maias; MARIA AMALIA, Contos e phantasias e Mulheres e crianças; Assim como também: Historia da civilização Iberica; Dita⁹⁸ de Portugal; Dita da Republica Romana; Portugal Contemporaneo; Regimen das riquezas; Tabuas de chronologia; Helenismo; Politica; AFFREIXO, Pedagogia; LEGOUVÉ, Historia moral das mulheres; EDMUNDO DE AMICIS, Coração; CARCIATO, Grammatica italiana; REGISTRO CIVIL, dos nascimentos, casamentos e óbitos; ALVARES D’AZEVEDO, Noite na taverna.</i>

Fonte: Fragmento de quadro elaborado por Peixoto (2013), mediante dados coletados nos periódicos.

Dessa forma, com o vocábulo de *livraria* foi possível mapear estes três espaços em diferentes jornais. Uma particularidade das documentações se refere à expressão: “Tudo quanto diz respeito á **EDUCAÇÃO PRIMARIA E SECUNDARIA**”, tendo em vista que, na maioria das vezes, o nome dessas obras e artefatos não era citado.

Infelizmente, não encontramos demais alusões a respeito da Livraria Acadêmica. A referência realizada acerca da *Livraria Economica* de Manoel Ezequiel Pompeu d’Oliveira que estava localizada na Rua Conde d’Eu, N. 56, é uma das notícias que se repetem amplamente na sessão anúncios. Esta livraria oferecia outros materiais, entre eles artigos de escritório, música, desenho e papelaria.

A confrontação nos documentos permitiu algumas percepções em relação ao movimento de compra de artefatos escolares, contato entre as províncias, problemas com a escassez de materiais,

⁹⁶ O quadro em seu formato completo encontra-se no anexo 1 deste trabalho.

⁹⁷ Reprodução da nota de rodapé própria da publicação: As informações em negrito foram as mais relevantes que conseguimos localizar sobre estes espaços de venda.

⁹⁸ Reprodução da nota de rodapé própria da publicação: “dita” significava: já dita, citada acima.

entre outros. Acompanhar a organização desses espaços nos dá uma maior visibilidade, para além do processo de circulação das obras. Embora não tenha sido o foco de nosso estudo entendemos que por meio de análises comparativas, entre espaços e períodos intra e entre províncias seria possível termos noção dos ideais que se pretendia divulgar na população provincial paraibana e as relações desta com o projeto de estado nacional que se pretendia, como também dos contatos e das práticas escolares desenvolvidas entre as instituições escolares e os espaços de saber na Paraíba Oitocentista.

Considerações Finais

A escrita deste trabalho de conclusão de curso, por estar dependente de pesquisas anteriores, no início parecia-nos mais desmistificado; porém o processo de escrever e a responsabilidade que nos foi incumbida através das atribuições do *bom historiador(a)*, nos alarmou dia-a-dia acrescentando e excluindo leituras e significados acerca do nosso objeto de estudo.

E no decorrer deste trabalho apreendemos que, fatores de âmbito social, político, econômico e cultural estavam amplamente interligados e recaíam com grande influência sobre o universo educacional na Paraíba do Norte.

Diante disto, podemos dizer que apesar de todo o debate de repreensão dos discentes através da punição física e/ou psicológica, como nos afirma Miranda, (2012, p.77): “O corpo físico não era mais o alvo principal quando se pensava no castigo, o que estava em questão era o que Foucault chamou de alma e o que nós chamamos atualmente de estrutura psicológica. O castigo devia atingir mais a alma do que o corpo em si” -, a palmatória foi aplicada de forma considerável na segunda metade do século dezenove, e se estende, segundo memorialistas até os anos republicanos.⁹⁹

Percebemos assim que o controle das mentes e dos corpos perpassou pelos dilemas administrativos que ora demonstravam a conveniência, ora indicavam a supressão de seu uso. E entre continuidades e rupturas, o discurso de uma instrução para libertação dos povos, independente de seus grupos sociais foi um elemento utilizado no decorrer de toda a administração provincial referente à Instrução Pública na Paraíba do Norte, destacada em todas as fontes aqui utilizadas. Os esforços de uniformidade do ensino é outra questão que marca a documentação ao longo dos dilemas da falta ou má qualidade dos materiais utilizados na Paraíba Oitocentista. Esta ideia se associa a formação do caráter nacional, quando percebemos, por exemplo, a utilização de livros como a seguinte denominação *gramática de língua nacional*. Destacamos também que é necessário reconhecer o esforço de uma sociedade com dirigentes preocupados em manter a moral e a ética cristã para a manutenção do Estado Monárquico.

Apreciando o interior das leis com as quais dialogamos ao longo deste trabalho, encontramos os “programas” de disciplinas e/ou cadeiras das instituições escolares como o Liceu

⁹⁹ Para os anos finais, do século XIX, encontramos a seguinte afirmação: Seria um grande crime e faria juz a pedradas se alguém na actualidade se lembrasse de pedir o restabelecimento da palmatória, que alias em sua época prestou tão relevantes serviços e via durante o seu domínio vultos grandiosos, humanos superiores, em maior porção do que no tempo moderno, mas o que está fora de dúvida é que pelo modo que as cousas vão, desde a instrucção preliminar, não será possível ter-se um futuro lisongeiro e digno de nossa Pátria. [O Director. Dr. Paulo Cavalcante Pessoa de Lacerda. Parahyba do Norte, 31 de Julho de 1888]

Provincial. Arriscamos dizer que através destes, como também da quantidade/frequência dos (as) alunos (as) nas instituições escolares aqui analisadas, podemos ter ideia sobre a circularidade e a temática de livros/compêndios¹⁰⁰, para a Paraíba do Norte.¹⁰¹

É notória a necessidade de estudos acerca da circulação de livros na Paraíba Oitocentista; perceber os contatos entre os *espaços do saber*, e avançar no intuito de compreender estas implicações entre outras províncias e a Paraíba do Norte. Destacamos que se mantém a necessidade de estudos acerca da utilidade do saber (nos discursos oficiais) para o *lócus* da Paraíba do Norte.

Ressaltamos que muitas informações não retratadas aqui podem se enumerar por alguns fatores: seja pela amplitude das questões e suas complexidades aqui trazidas; seja pelos limites do pesquisador e suas fontes; seja pelo silenciamento das fontes (em termos da não abordagem do tema, de não mais estarem disponíveis tanto em formato material, como de acesso as mesmas); etc.

Chamamos também a atenção para o fato dos quadros aqui apresentados não estarem fechados, ou seja, ainda podem ser mais bem explorados e estão em constantes modificações. E não apenas os quadros, mas como também as afirmações investidas aqui. As histórias das culturas escolares e dos espaços sociais de leitura e dos artefatos escolares só principiam.

¹⁰⁰ No dicionário do século XIX (1890), que tivemos acesso foi possível ver a diferença entre a ideia de *compêndios* e *livros*. O primeiro seria o sentido de “epítome, resumo do mais substancial, ou das noções elementares de alguma arte, sciencia, ou preceitos”. Livro seria “colleção de cadernos em branco ou escriptos com letra de mão, ou impressos, cosidos e brochados ou encadernados”.

¹⁰¹ Em relação, por exemplo, a criação de língua estrangeira, e para elucidação da presença e/ou ausência desses materiais, temos a lei nº 872 – de 24 de novembro de 1888, que nos denota: “Art. 1º – Fica criada no Liceu paraibano uma cadeira da *língua alemã* que será provida na forma da legislação em vigor. [...] Art. 4º – Fica o Presidente da província autorizado a criar no mesmo Liceu uma cadeira da *língua italiana*, que será também provida na forma da legislação em vigor, assim como todas as demais cadeiras que vagarem.” (grifos nossos). Até o momento, não encontramos nenhuma informação que nos assegure a efetivação dessas cadeiras no Liceu. Em relatório da “Directoria da Instrucção Publica da Parahyba em 1 de Março de 1861”, no Collegio de N. S. das Neves estava instituída, as matérias do ensino, e entre elas estava o Italiano.

APÊNDICES

Quadro 9: Cultura Material Escolar na Parahyba Oitocentista ¹⁰²		
Material/Artefato/Objeto/Utensílio/Móvel ¹⁰³	Observações	Ano ¹⁰⁴
Papel	Referências a: almasso br ^{co} que é o “atual” papel pautado; o papel inglês e o crepom; o francez, de seda, de cor, de muzica;	1850, 1855, 1862, 1867, 1868, 1879
Tinta preta	Um dos objetos da escola elementar do “Batalhão de caçadores”	1855
Penas	Devem ser “aparadas antes da entrada dos meninos” (Regulamento de 20 de janeiro de 1849. PINHEIRO e CURY, 2004 - no documento: p. 23) Algumas referências a de gansos.	1849, 1850, 1855, 1867, 1868
Pedras	(pretas) para <i>escriptas</i>	1849, 1855
Quadernos/cadernos	“em oitavo” “litografados, contendo coisas, que na carreira da vida lhes seja útil conhecer, como recibos, arrendamentos, contratos, vendas, memórias sobre obras, ou aliás encerrando noções elementares de agricultura, ou sobre as artes, officios, etc.” “Cada um tem o seu caderno, ou a sua pedra na mão.”	1835, 1849
Lápis	(finos)	1855, 1862
Lousas	Um dos objetos do orçamento para o fabrico de aula do ensino mútuo (Vila Constitucional de Santo Antonio de Piancó).	1834
Letra de chapa	Com o alfabeto maiúsculo/minúsculo	1835
<i>Taboada/taboa</i> de operações aritmética/tábua de logaritmo/tábuas cronológicas	A respeito dessas tábuas há a curiosa recomendação de que elas deveriam ser “mais exatas, e acreditadas”.	1834, 1835, 1839, 1855, 1858
Globo terrestre e celeste dos mapas geográficos, atlas, <i>cartas corographicas e topographicas do Império</i>	Para o ensino, e explicação de Geografia e Cronologia do Liceu. “A província fornecerá; uma vez somente [...] e mais aparelhos de	1839, 1848, 1858, 1865, 1886

¹⁰² Quadro realizado através da documentação mista do Arquivo Waldemar Bispo Duarte e da Coleção de Leis da Instrução Pública (PINHEIRO; CURY. 2004).

¹⁰³ Apesar dessa lista, o que encontramos muitas vezes são documentos que expressam silêncios, seja em encontrar a descrição específica desta c.m.e.; seja na ausência dos anexos desta própria documentação (que não são encontrados); seja na não compreensão de termos dos manuscritos (dispostos nesta transcrição nestes espaços _____); como podemos perceber no trecho do seguinte documento, com grifo nosso: “2ª Secção - Palacio do Governo da Parahyba em 21 de Outubro de 1862. Nº 5788. Mande Vm^{ce}. pagar ao Commizzario da Instrucção Publica d’esta cidade, Bacharel Antonio de Souza Gouvea, a despeza de sessenta e tres mil quatrocentos e quarenta reiz, por elle feita com a *compra de diversos objetos fornecidos as escolas de ensino primario* segundo os documentos juntos. Deos Guarde Vm^{ce}. Francisco _____ de Lima. A 2ª Secção Thesouro Provincial. 22 de Abril de 1862. _____ Pague-se. Thesouro Prov^{cial}. 23 de Outubro de 1862.”

¹⁰⁴ Ano correspondente as primeiras referências da presença do material descrito nas documentações.

	estudos que forem requisitados pela diretoria a pedido dos professores.” Faz parte do plano de estudo do 2º ano do Externato Normal.	
Valores das moedas, divisão dos pesos e medidas	Referentes às matérias para a instrução primária.	1835, 1864
Compêndios	É necessário estar atento a circulação de livros entre as províncias; como também as devidas cisões entre os “níveis de ensino (primário/secundário) e os espaços escolares. Os compêndios se distribuía entre as seguintes matérias: Latim, Português, Francês, Inglês, História, Cronologia, Geografia, Geometria, Aritmética, Álgebra, Trigonometria, Retórica e Poética, Filosofia, etc.	Século XIX ¹⁰⁵
Carteira/cadeiras	De braço, de sola, de palhinha, p ^a assento do professor	1834, 1839, 1864, 1867
Bancos	(d'enconsto)	1834, 1839, 1851, 1864, 1867
Banquinha	Um dos objetos do “Processo de Avaliação de Utensílios para Escola” de Gurinhém	1834, 1851, 1867
Mesas	(com gaveta e chave, envernizada)	1834, 1839, 1864, 1867
Jarra/talha	Para <i>agoa</i>	1864
Campainha	Um dos objetos do “Orçamento dos utencílios para as aulas de Instrução Primária das cadeiras do districto do Commissariado da Villa do Ingá”	1867
Palmatórias	Primeiras referências na Lei nº 20 do ano de 1837.	1837, 1846, 1851, 1864, 1865
Artigos de roupa ou vestuário - fardetas como camisas e calças/chapéus, calçados, manos de fita (cadarço), toalhas, cabides, agulha, etc.	Camisas “[...] de algodão asul listrado” produzido pelo Col. de Educ. e Artífices para os presos.	1862, 1864, 1866, 1867, 1868, 1870
Tabuas pretas com cavaletes e estrados		1862, 1864, 1867
Objetos para aula de música (instrumentos musicais)	**Não são especificados.	1866, 1867, 1868
Couros <i>meudos</i> e meio de sola	Materiais empregados na oficina de sapateiro [Parahyba do Norte, 18 de Junho de 1868].	1868
Imagens de Cristo	Relação dos espaços religioso e educacional.	1849, 1867
Relógio	Despesa da Assembleia Provincial - Relativo a concerto do mesmo;	1877

¹⁰⁵ A produção de uma lista com compêndios que circularam na Paraíba ao longo do século XIX segue como proposta de pesquisa futura.

			*Poetica, idem
		Ensino primário ¹⁰⁹ : 1º grau: *Leitura e escripta *Arithmetica até proporções Doutrina christã Elementos da grammatica da língua nacional, ortographia Noções geraes de geometria pratica sem demonstraões Prendas domesticas ¹¹⁰	- Os objetos para tais matérias não são descritos -
	04 DE S E T E M B R O	2º grau ¹¹¹ : *Instrucção religiosa *Intrução moral *Systema legal de pesos e medidas *Noções elementares de Historia pátria *Principios geraes da economia política, rural *Esripturação e contabilidade mercantil	*objeto: o catecismo e a História Santa, através da Bíblia com o Antigo e Novo Testamento *noções sobre os deveres sociais com a leitura da Constituição e do Código criminal do Império
	DE 1861	Collegio de N. S. das Neves ¹¹² : *Música *Desenho *Dança *Italiano	- Os objetos para tais matérias não são descritos -
		Ensino Particular (secundário): *Collegio de Cajazeiras ¹¹³ – Latim, Francez e Geographia *Cadeira de Latim em Areia	- Os objetos para tais matérias não são descritos -
		Biblioteca do Lyceu	“Collecção de mil e tantos volumes, na maior parte velhos, truncados, roidos pela traça...”

¹⁰⁹ Não há muitas referências específicas sobre os compêndios utilizados para este nível de ensino, daí se insere as possibilidades de pesquisa, para se verificar até onde foi igual ou não nas diversas localidades provinciais.

¹¹⁰ Nunca é pouco lembrar que havia a distinção das matérias para o sexo feminino e masculino.

¹¹¹ Neste caso, apenas para os meninos. E apresenta-se também uma divisão de ensino para a área urbana e rural. Sendo a primeira responsável pela educação voltada para o comércio e indústria, e a segunda para o desenvolvimento da agricultura. Nesta notícia há a colocação de outras matérias já apontadas. A aplicação real dessas disciplinas segue no plano de estudos, pois é visível a observação quando analisamos o interior das instituições, a exemplo do Liceu.

¹¹² Segundo a Lei Provincial de 1858, na qual se instituiu para este estabelecimento encontramos nesse espaço escolar, outras matérias além das já consideradas consensuais (como Leitura e escripta, Arithmetica, Historia, Geographia, etc.). O Collegio abrigou menores em condições de pensionistas, desvalidas e alunas externas.

¹¹³ Sob a direção do Padre José Thomaz Albuquerque Pereira, e além de atender a mocidade do interior paraibano, acolheu estudantes de outras províncias como Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauh.

ANEXOS

Quadro: Espaços destinados à venda de livros, compêndios e artefatos escolares ¹¹⁴				
Data	Periódico	Seção	Espaço de Venda	Materiais listados
1858	<i>A Imprensa</i>	Anúncios	<i>srs. Miranda & Vasconcellos</i>	“[...] As minhas theses impressas para este concurso mallogrado distribuem-se na <i>livraria academica</i> dos Srs. Miranda & Vasconcellos.” ¹¹⁵ (Grifo Nosso)
1861	<i>A Regeneração</i>	Anúncios	<i>Botica Imperial</i>	“[...] tem para vender: OS SEGUINTE LIVROS: <i>Grammatica latina</i> novo methodo por o Padre Antonio Pereira; <i>historia do Imperador Carlos Magno ou dos doze pares de D. França</i> 1v; [...] <i>seleta franceza</i> 1v; <i>cornelio em latim</i> ; <i>virgilio em latim</i> ; <i>Manual enciclopedico</i> obra muito util para os meninos das primeiras letras ; [...] <i>Sullivan</i> , elegante extracto inglez 2v; <i>Arithmetica de Bezout</i> 1 v.
1879	<i>A União Liberal</i>	Anúncios	<i>Livraria Economica</i>	LIVROS em portuguez, francez e inglez. Literatura, Viagens, Romances e Poezias. [...] Tudo quanto diz respeito á EDUCAÇÃO PRIMARIA E SECUNDARIA.
1884	<i>Diário da Parahyba</i>	Anúncios	<i>Bazar Parahybano</i>	Livros de direito, romances e livros de Educação: <i>ABILIO</i> =2ª e 3ª leitura; <i>COUTINHO</i> - <i>collectaneas</i> 1 vol.; <i>ROQUETTE E FONSECA</i> - <i>Diccionario francez</i> 2vol. <i>VALDEZ</i> - <i>Diccionario inglez idem.</i> [...] <i>LACERDA</i> - <i>Geographia da infancia</i> , [...] <i>com seis mappas coloridos</i> ; <i>LACERDA</i> - <i>Elementos da geographia physica, politica e astronomica com 12 cartas geographicas coloridas</i> :[...] <i>PONTOS</i> -de <i>Geographia do Brazil, de História e de Filosofia</i> ; <i>CONDORCET</i> = <i>Arithmetica elementar</i> ; <i>SELECTA</i> - <i>ingleza.</i>
1884	<i>O Publicador</i>	Anúncios	<i>Typographia</i>	<i>Systema metrico</i> ; <i>taboada</i> ; <i>carta de syllabas</i> ; <i>traslado de abc</i> ; <i>traslado da terra verde</i> ; <i>letras.</i>
1884	<i>O Publicador</i>	Anúncios	<i>Rua Marquez do Herval, casa n.43</i> ¹¹⁶	<i>Arithmetica</i> do Padre José Antonio Lopes da Silveira.
1885	<i>Diário da Parahyba</i>	Anúncios	<i>Typographia</i> ¹¹⁷	<i>Nesta typographia se dirá que vende 1 compendio de historia de <<Daniel>> e 1 de Philosophia do << Dr. José Soriano>> e mais alguns, todos de acordo com o novo programa e em bom estado.</i>
1886	<i>Jornal da Parahyba</i>	Anúncios	<i>Loja do Pelicano</i>	<i>Grammatica Latina</i> organizada pelo Sr. Dr. Joaquim Pereira da Silva Guimarães, professor de

¹¹⁴ Reprodução da nota de rodapé própria da publicação: “As palavras em itálico estão transcritas tais como encontradas nos jornais e a reproduzimos com o intuito de preservar a escrita da época.”

¹¹⁵ Reprodução da nota de rodapé própria da publicação: “As informações em negrito foram as mais relevantes que conseguimos localizar sobre estes espaços de venda.”

¹¹⁶ Só a aparece este endereço e não o nome do espaço.

¹¹⁷ A única referência feita ao local é a de que lá se encontravam os respectivos materiais “nesta typographia” (*Diário da Parahyba*, 1884), ou seja, não conseguimos identificar o nome do espaço de venda.

				latim do Ginásio Pernambucano [...]
1889	<i>Gazeta da Parahyba</i>	Anúncios	<i>Livraria Arantes</i>	<p><i>Instrução Primaria: todos os compendios adoptados nas aulas publicas;</i> Anúncio de outro livros, como: <i>EÇA DE QUEIROZ, Os Maias; MARIA AMALIA, Contos e phantasias e Mulheres e crianças;</i> Assim como também: <i>Historia da civilização Iberica</i> <i>Dita de Portugal</i> <i>Dita da Republica Romana</i> <i>Potugal Contemporaneo</i> <i>Regimen das riquezas</i> <i>Tabuas de chronologia</i> <i>Helenismo</i> <i>Politica</i> <i>AFFREIXO, Pedagogia</i> <i>LEGOUVÉ, Historia moral das mulheres</i> <i>EDMUNDO DE AMICIS, Coração</i> <i>CARCIATO, Grammatica italiana</i> <i>REGISTRO CIVIL, dos nascimentos, casamentos e obitos</i> <i>ALVARES D'AZEVEDO, Noite na taverna</i></p>

Fonte: Quadro elaborado por PEIXOTO (2013), mediante dados coletados nos periódicos.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

ARRIADA, Eduardo; TAMBARA, Elomar Antonio Calegaro. **A cultura escolar material, a modernidade e a aquisição da escrita no Brasil no século XIX**. Educação, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 73-88, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/10352/7543>>. Acesso em: 4 ago. 2013.

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**. Da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BENCOSTTA, Marcus Levy. **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. A cultura escolar na historiografia da educação brasileira: alcances e limites de um conceito. In: **Cultura Escolar, Migrações e Cidadania**. Porto, Portugal: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 2010.

BERGER, Miguel André. Carvalho do Nascimento, Ester Fraga Vilas Bôas. **Imprensa, Impressos e Práticas Educativas**. Estudos em História da Educação. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

BERSTEIN, Serge. "A Cultura Política". In: SIRINELLI, Jean-Françoise; RIOUX, Jean-Pierre (orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa. 1998. p. 349-364.

BLOCH, MARC. **Apologia da História, ou o Ofício do Historiador**. Tradução: André Telles. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 2002.

BURKE, Peter, 1937 - **O que é história cultural?** / Tradução Sergio Goes de Paula. / 2.ed. ver. e ampl. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CASTRO, César Augusto. Os usos e as tipologias dos materiais escolares no Maranhão Oitocentista. In: **Objetos, práticas e sujeitos escolares no Norte e Nordeste**. CASTRO, César Augusto; CURY, Cláudia Engler; LOPES, Antônio de P. C; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; (orgs). São Luís: EDUFMA: UFPB: Café&Lápis, 2011.

CASTRO, Cesar Augusto. **Leitura, Impressos e Cultura Escolar**. São Luis: EDUFMA, 2010.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século. XIX**. São Paulo: Globo, 2005.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: **Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista**. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (org.) Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. **A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a08v30n1.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2013

FELGUEIRAS, Margarida Louro. *Cultura Escolar: da Migração do Conceito à sua objectivação Histórica.* In: **Cultura Escolar, Migrações e Cidadania.** Porto, Portugal: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 2010.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. **Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884).** (Tese de doutorado). João Pessoa: PPGE-UFPB, 2012.

GOUVEIA, Maria de Fátima. **O Império das Províncias.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **O aparecimento da escola moderna: uma história ilustrada.** São Paulo: Autêntica, 2012.

JULIA, Dominique. **A Cultura Escolar como Objeto Histórico.** Tradução de Gizele de Souza. revista brasileira de história da educação n°1 jan./jun. 2001. Disponível em: <rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/download/273/281>. Acesso em: 8 mar. 2013.

LIMA, Gláriston dos Santos. **Representações sobre a cultura material escolar nas escolas de primeiras letras na província do Sergipe a partir dos relatórios de Inspetores gerais de aulas.** Disponível em: <www.faced.ufu.br/colubhe06/an.> Acesso em: 10 dez. 2012.

LIMA, Guaraciane Mendonça de. **O Collégio de Educandos Artífices (1865-1874): a infância desvalida da Parahyba do Norte.** Dissertação em História. JP: PPGH-UFPB, 2008.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. MARIANO, Nayana R. C. **O medo anunciado: A Febre Amarela e o Cólera na Província da Paraíba (1850-1860).** Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF30/DOSSIE_ARTIGO_5_SERIOJA_RODRIGUES_CORDEIRO_MARIANO_E_NAYANA_R_C_MARIANO_FENIX_SET_OUT_NOV_DEZ_2012.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2013

MATTOS, Hebe M. História Social. In: **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-59.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema.** 5ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MELO, José Octávio de Arruda. AGUIAR, Wellington. **Uma Cidade de Quatro Séculos.** Edição: Governo do Estado da Paraíba. João Pessoa, 1985.

MENEZES, Maria Cristina. Descrever os documentos – construir o inventário – preservar a cultura material escolar. In: **Revista Brasileira de História da Educação.** V. 11. N. 1 (25). Ed. Autores Associados, SP. Campinas, 2001.

MIRANDA, Itacyara Viana. **Instrução, disciplina e civilização: uma perspectiva de leitura acerca das aulas públicas e particulares na Parahyba do Norte (1860-1889)**. Dissertação em História. JP: PPGH-UFPB, 2012.

MOREL, Marco. BARROS, Mariana Gonçalves Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da Imprensa no Brasil do século XIX**. Coleção Passado Presente. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MORAIS, Maday de Souza. **Instituições escolares e cultura material escolar (1822 a 1850): temas e possibilidades de pesquisa**. Relatório de Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica. João Pessoa, 2012.

MORAIS, Maday de Souza. **Cultura Material Escolar na Parahyba do Norte (1822-1889): Circulação de Livros, Compêndios e Artefatos Escolares**. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História. UFRN, 2013.

MORAIS, Maday de Souza; PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. **Circulação de livros, compêndios e artefatos escolares na Parahyba do Norte do Oitocentos**. Relatórios dos Projetos de Pesquisa de Iniciação Científica. João Pessoa, 2013.

OLIVEIRA, A. de Almeida. Do material das Escolas (Parte sexta). In: **O Ensino Público**. Edições do Senado Federal – Vol.4. Brasília, 2003.

PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. CURY, Cláudia Engler. **Espaços de leitura e venda de livros, compêndios e artefatos escolares na Parahyba do Norte (1822-1889)**. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História. UFRN, 2013.

PESEZ, Jean-Marie. História da Cultura Material. In: **História Nova**. LE GOFF, Jacques. CHARTIER, Roger. REVEL, Jacques. (orgs.) tradução Eduardo Brandão. 5ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. Tradução de Maria Helena Arinto. Rosa Esteves. © Retz – C. E. P. L. Paris, 1978.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. CURY, Cláudia Engler. ANANIAS, Mauricéia. **As primeiras letras e a instrução secundária na província da Parahyba do norte: ordenamentos e a construção da nação: 1836-1884**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.37, p. 238-25. 2, mar.2010.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler (orgs.). **Histórias da Educação da Paraíba: lembrar e comemorar**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2012.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Instrução e cultura escolar: considerações sobre cultura educacional no oitocentos. In: **Múltiplas visões: cultura histórica no Oitocentos**. CURY, Cláudia Engler; MARIANO, Serioja Cordeiro. (orgs). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2009.

SANFELICE, José Luís. História das Instituições Escolares. In: **Instituições escolares no Brasil: conceitos e reconstrução histórica**. MOURA NASCIMENTO, Maria Isabel. (org.) Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, OR: UEPG, 2007. – (Coleção memória da educação)

SILVA, Carolina Paes Barreto da. **“A Trajetória d’ o Repúblico no fim do primeiro reinado e início da regência: os discursos impressos de Antônio Borges da Fonseca sobre a política imperial (1830-1832)”**. Dissertação de Mestrado, Niterói: UFF, 2010. P. 9-75.

SILVA, Michelle Lima da. **Instituições escolares e cultura material escolar (1822 a 1850): temas e possibilidades de pesquisa**. Relatórios dos Projetos de Pesquisa de Iniciação Científica. João Pessoa, 2012.

SOËTARD, Michel. **Johann Pestalozzi**. (tradução: Martha Aparecida Santana Marcondes, Pedro Marcondes, Ciriello Mazzetto). GASPARDIN, João Luis; MARCONDES, Martha Aparecida Santana. (orgs.). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Coleção Educadores MEC. Disponível em: <http://www.sema.edu.br/editor/fama/livros/historia_educacao/36_jo_pe.pdf>. Acesso em: 4 ago. de 2013.

SOUZA, Thiago Oliveira de. **A Instrução Paraibana contada através dos impressos jornalísticos do século XIX (1858-1889)**. Monografia. João Pessoa: UFPB. 2010.

_____. **Imprensa e Instrução na Parahyba do Norte: Cultura Educacional e Culturas Políticas nos anos de 1880**. Dissertação. João Pessoa: UFPB. 2012.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e os seus mestres: a educação no Brasil de Oitocentos**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

VEIGA, Cynthia Greive. **Cultura Material Escolar no século XIX em Minas Gerais**. Disponível em: < www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/040_cynthia.pdf >. Acesso em: 15 jan. 2013.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história**. Estudos de historiografia da educação no Brasil. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005.

XAVIER, Ana Paula da Silva; MARQUES, Abimael Antunes. **Cultura Material Escolar na Província de Mato Grosso**. Universidade Federal de Mato Grosso. Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/387AnaPaulaXavier_e_AbimaelMarques.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2013.

Fontes

Regulamentos e Leis

Lei de 15 de outubro de 1827. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-J.pdf>> Acesso em: 12 ago. 2013

PARAHYBA DO NORTE. In: PINHEIRO, Antonio Carlos; CURY, Cláudia Engler. **Leis e regulamentos da Instrução da Paraíba no Período Imperial**. Brasília, DF: MEC/INEP, 2004. Disponível em: CD-ROM (Coleção documentos da educação brasileira). <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/detalhes.asp?pub=3965>>

- Resolução 26 – de Fevereiro de 1846:
(autorizado pela Lei provincial nº 9 de 23 de janeiro de 1843).
- Regulamento de 15 de janeiro de 1849.
- Regulamento de 20 de janeiro de 1849.
- Lei nº 13, de 4 de novembro de 1858.
- Lei nº 439, de 15 de dezembro de 1858.
- Lei nº 6 de – 1 de setembro de 1859.
- Lei nº 12 – de 8 de agosto de 1860.
- Regulamento nº 7, de 6 de dezembro de 1865.
- Regulamento Nº 36 de 26 de junho de 1886.

Relatórios dos Presidentes de Província da Instrução Pública da Parahyba do Norte (1837-1889)

- Falla do Presidente da Província da Parahyba do Norte, Doutor Joaquim Teixeira Peixoto d'Albuquerque na 1.^a Sessão da 2.^a Legislatura da A.L.P., no dia 24 de Junho de 1838
- Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo excelentíssimo presidente da Província, o bacharel João Antonio de Vasconcellos, em 1º de Agosto de 1849
- Exposição feita pelo Presidente da Provincia da Parahyba do Norte João Antonio de Vasconcellos, ao Presidente della Sr. Coronel José Vicente de Amorim Bizerra, no ato de passar-lhe a administração da mesma, em 23 de Janeiro de 1850
- Relatório apresentado a A. L.P. da Parahyba do Norte pelo Presidente da Província o Dr. Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque, em 3 de Maio de 1852
- Exposição feita pelo Dr. Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque na qualidade de Presidente da Província da Parahyba do Norte no ato de passar a administração ao segundo Vice-Presidente, o excellentissimo Senhor Doutor Flavio Clementino da Silva Freire, em 29 de Abril de 1853
- Relatório da Instrução Pública, 2 de Março de 1853
- Relatorio apresentado á A.L.P. da Parahyba do Norte pelo Vice-Presidente da mesma, o Dr. Flavio Clementino da Silva Freire, em 2 de Outubro de 1855. Parahyba

4 de julho de 1859. Illm.º e Exm. Sr. Dr. Ambrozio Leitão da Cunha, presidente da Província.
Manrique Victor de Lima - Diretor da Instrução Pública

- Relatório do Diretor da Instrução Pública. Manrique Victor de Lima. 1857

- Palácio do Governo da Parahyba, em 1º de Outubro de 1863. Presidente Francisco de Araujo Lima.

- Directoria da Instrucção Publica da Parahyba 31 de Agosto de 1864

- Anexo. N. IV. Directoria da Instrucção Publica da Parahyba 25 de Julho de 1871

Relatório da Directoria da Instrução Pública da Paraíba, em 27 de Agosto de 1880. O Diretor. Ivo Magno Borges da Fonseca

- Relatório do Diretor da Instrução Pública: Ivo Magno Borges da Fonseca, em 1881

Jornais

Relatorio do Exm. Sr. Dr. Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque. In: *A Regeneração*, 07 de Agosto de 1861

Dicionário

SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da Lingua Portugueza**. 8ª edição revista e melhorada. Volume I. A-E. Editora Empreza Litteraria Fluminense de A.A. da Silva Lobo. Rio de Janeiro, Rua Sete de Setembro. Succursal – Lisboa, Rua dos Retrozeiros. 1890.

SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da Lingua Portugueza**. 8ª edição revista e melhorada. Volume II. F-Z. Editora Empreza Litteraria Fluminense de A.A. da Silva Lobo. Rio de Janeiro, Rua Sete de Setembro. Succursal – Lisboa, Rua dos Retrozeiros. 1890.

Documentos burocráticos de cunho oficial

Documentos administrativos da Instrução na província paraibana – Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte – FUNESC. 1822-1889.

Parahyba do Norte, 4 de Outubro de 1856

Colégio de Educandos Artífices da Paraíba, em 12 de Setembro de 1873. Ilmo. Exmo. Senrº Dor. Francisco Teixeira de Sá. D. Presidente desta Província. O Diretor Antonio de Solza Govêa

Periódicos

Sæculum – Revista de História. **Dossiê: História e História da Educação**. PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler. (orgs.). Sæculum 22. Janeiro/Junho 2010.

Sæculum – Revista de História. **Dossiê: História e Culturas Políticas**. CORDEIRO JR., Raimundo Barroso; MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. (orgs.). Sæculum 24. Janeiro/Junho 2011.

Biblioteca Pública do Estado da Paraíba. Resgate de um Patrimônio Histórico e Cultural. Edição: Governo do Estado da Paraíba. Impressão: A União. João Pessoa.

Sites

<<http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>>

<<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario.html>>

<<http://www.carlamaryoliveira.pro.br/gheno/>>

<<http://sbhe.org.br/e-books/para-imperial/index.html>>

<<http://bndigital.bn.br/projetos/redememoria/periodicoxix.html>>

<<http://bndigital.bn.br/projetos/periodicoseliteratura/Tipografias.html>>